

Claudia Hickenbick  
Rafael Matos Felácio

# ESPECIALIZAÇÃO

**Educação Profissional Integrada à  
Educação Básica na Modalidade de  
Educação de Jovens e Adultos - PROEJA**

---

**ECONOMIA  
SOLIDÁRIA  
E ARRANJOS  
PRODUTIVOS  
LOCAIS**

---



**INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA**

2014

H628e Hickenbick, Claudia  
Economia solidária e arranjos produtivos locais /  
Claudia Hickenbick , Rafael Matos Felácio. –  
Florianópolis : IFSC, 2014.  
67 p. : il. ; 28 cm

Inclui Bibliografia.  
ISBN: 978-85-64426-90-0

1. Economia social. 2. Cooperativismo - Brasil.  
I. Título.

CDD: 334.0981

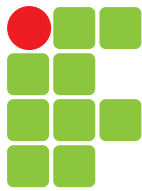
Catalogado por: Laura da Rosa Bourscheid CRB14/983

2014, Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC.

Edição adaptada ao novo projeto gráfico e instrucional do  
Centro de Referência em Formação e EaD - IFSC.



Esta obra está licenciada nos termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal  
4.0 Brasil, podendo a OBRA ser remixada, adaptada e servir para criação de obras derivadas, desde que com fins  
não comerciais, que seja atribuído crédito ao autor e que as obras derivadas sejam licenciadas sob a mesma licença.



**INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD**

## Ficha Técnica e Institucional

### [ Reitoria ]

Maria Clara Kaschny Schneider

### [ Pró-Reitoria de Ensino ]

Daniela de Carvalho Carrelas

### [ Diretora do Centro de Referência em Formação e EaD/IFSC ]

Gislene Miotto Catolino Raymundo

### [ Chefia do Departamento de Educação a Distância - EaD/IFSC ]

Carlos Alberto da Silva Mello

### [ Coordenação do Curso de Especialização em PROEJA ]

Paula Alves de Aguiar

### [ Coordenação Adjunta do Curso de Especialização em PROEJA ]

Anderson Carlos Santos de Abreu

### [ Coordenação de Tutoria ]

Gabriela Augusta da Silva

### [ Coordenação - Produção de Materiais Didáticos - EaD/IFSC ]

Ana Karina Corrêa

### [ Projeto Gráfico e Instrucional - Livros Didáticos - EaD/IFSC ]

Aline Pimentel

Carla Peres Souza

Daniela Viviani

Elisa Conceição da Silva Rosa

Sabrina Bleicher

### [ Revisão do Projeto Gráfico e Instrucional - Livros Didáticos - EaD/IFSC ]

Airton Jordani Jardim Filho

Ana Karina Corrêa

Beatrice Gonçalves

Franciele Rupolo Gomes de Oliveira

Stefany Bueno Miguel

## Créditos do Livro

### EDIÇÃO 2014

#### [ Conteúdo ]

Claudia Hickenbick

Rafael Matos Felácio

#### [ Conselho Editorial ]

Anderson Carlos Santos de Abreu

Elenita Eliete de Lima Ramos

Ivanir Ribeiro

Mirian Abe Alexandre

#### [ Design Gráfico ]

Airton Jordani Jardim Filho

#### [ Design Instrucional ]

Verônica Cúrcio

#### [ Revisão Gramatical ]

Beatrice Gonçalves

#### [ Fotografias e Tratamento de Imagens ]

Airton Jordani Jardim Filho

#### [ Imagens ]

Pixabay

<<http://www.pixabay.com/>>

Portal EBC

<<http://www.ebc.com.br/>>

Shutterstock

<<http://www.shutterstock.com/>>

Stock.XCHNG

<<http://www.sxc.hu/>>

Wikimedia Commons

<<http://commons.wikimedia.org/>>


# Prezado estudante, Seja bem-vindo!

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), preocupado em transpor distâncias físicas e geográficas, percebe e trata a Educação a Distância como uma possibilidade de inclusão. No IFSC são oferecidos diferentes cursos na modalidade a distância, ampliando o acesso de estudantes catarinenses, como de outros estados brasileiros, à educação em todos os seus níveis, possibilitando a disseminação do conhecimento por meio de seus câmpus e polos de apoio presencial conveniados.

Os materiais didáticos desenvolvidos para a EaD foram pensados para que você, caro aluno, consiga acompanhar seu curso contando com recursos de apoio a seus estudos, tais como videoaulas, ambiente virtual de ensino aprendizagem e livro didático. A intenção dos projetos gráfico e instrucional é manter uma identidade única, inovadora, em consonância com os avanços tecnológicos atuais, integrando os vários meios disponibilizados e revelando a intencionalidade da instituição.

Bom estudo e sucesso!

**Equipe de Produção dos Projetos Gráfico e Instrucional  
Departamento EaD/IFSC**



Economia Solidária e  
Arranjos Produtivos Locais

# Sumário

1. Economia Solidária **07**

2. Arranjos Produtivos Locais **47**

Considerações Finais **61**

Sobre os Autores **62**

Referências **63**



# A Unidade Curricular

## **Economia Solidária e Arranjos Produtivos Locais**

Prezado Pós-graduando,

Temas como Economia Solidária e Arranjos Produtivos locais podem contribuir para desenvolver práticas pedagógicas para a Educação Básica. Por meio deles, é possível tomar o trabalho enquanto categoria de referência.

Esses são temas pouco conhecidos e, via de regra, têm sido admitidos, respectivamente, como prática de ações solidárias e como configuração das atividades produtivas de determinado lugar, o que faz com que se percam as suas possibilidades educativas. Este uso irrefletido não pode ter lugar nas escolas, sob pena de se perderem as suas possibilidades educativas.

Esta Unidade Curricular (UC) tem carga horária de 30 horas e cada uma das unidades tem como proposta apresentar conceitualmente os temas a serem trabalhados, situando-os historicamente nos contextos nacional e estadual e enfatizando a sua relação com a educação.

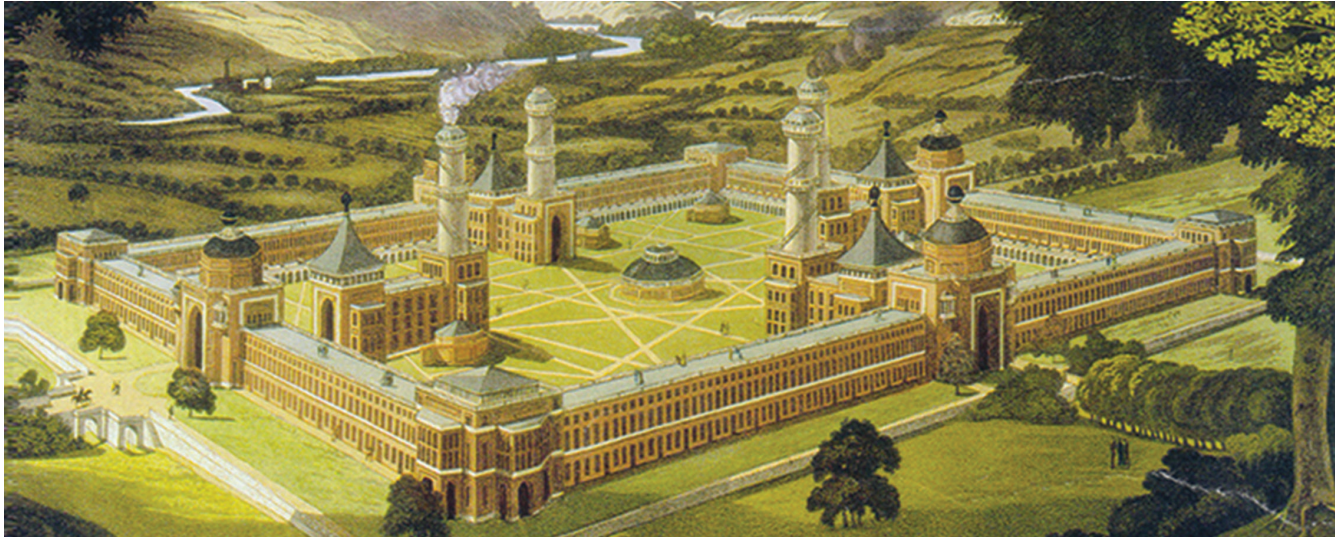
Você verá nesta unidade que Economia Solidária e Arranjos Produtivos Locais são duas formas opostas de organização da economia e da sociedade. Seus conceitos, princípios e objetivos são antagônicos, seus protagonistas não se relacionam, ao menos até onde temos conhecimento. Entretanto, compreendemos que o conhecimento sobre os dois temas podem ser trabalhados na escola de forma complementar, e é essa a nossa proposta.

Bom estudo!

Cláudia e Rafael

# Economia Solidária

Esta Unidade traz no primeiro capítulo o contexto histórico do que hoje conhecemos como Economia Solidária. No segundo capítulo, traz conceitos sobre o tema, os princípios e as principais características dos empreendimentos econômicos solidários. O terceiro capítulo apresenta a configuração da Economia Solidária no Brasil e no Estado de Santa Catarina, e o último, é dedicado ao ensino do tema na Educação de Jovens e Adultos - EJA, e em especial no Proeja. Este material tem um conteúdo teórico e experiencial. Parte considerável do que é apresentado foi extraído da vivência na Economia Solidária, em sala de aula, no Fórum Regional, na experiência da incubação de um empreendimento econômico solidário. Resguardados os limites impostos pela forma acadêmica, a intenção foi a de aproximar-se dos textos gerados pelo Movimento Economia Solidária.



# A Economia Solidária: **Contexto Histórico, Princípios e Características dos Empreendimentos**

*Off price*

*Que a sorte me livre do mercado  
e que me deixe  
continuar fazendo (sem o saber)  
fora de esquema  
meu poema  
inesperadoe que eu possa  
cada vez mais desaprender  
de pensar o pensado  
e assim poder  
reinventar o certo pelo errado*

Ferreira Gullar

Não é tarefa fácil falar sobre as origens de fenômenos sociais. Assim, optamos por seguir Singer (2014), um dos autores que mais se dedica ao tema, para voltar ao tempo em que surgiram o que podem ser consideradas as primeiras ideias relacionadas à Economia Solidária.

De acordo com Singer (2014), quase que paralelamente ao capitalismo industrial, surgiram ideias e iniciativas que podem ser consideradas embriões da Economia Solidária, como uma reação dos artesãos empobrecidos pela nova forma de organização fabril:

A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (SINGER, 2014, p.1).

Neste momento, industriais mais esclarecidos – mas era esse um esclarecimento alinhado com a lógica do capital - começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores, uma vez que a produção estava ameaçada.

Para Singer (2014), as origens da Economia Solidária estão na Inglaterra, nos primeiros anos do século XIX. Isso teria começado quando o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças. O que tornou a sua empresa ainda mais lucrativa.

Em 1817, Owen propôs ao governo britânico que os fundos de sustento dos pobres fossem investidos em aldeias cooperativas, com até 1.200 pessoas. Como não obteve apoio do governo britânico, ele foi para os Estados Unidos e estabeleceu uma aldeia cooperativa em 1825, mas também não obteve sucesso.

Em 1829, ao voltar para a Inglaterra, ele descobriu que seus discípulos haviam criado cooperativas por toda a parte, as primeiras ligadas a jornalistas e gráficos. Uma dessas organizações, criada em 1828, fundou um jornal mensal que, em seu primeiro número, indicava a existência de quatro cooperativas. O jornal circulou por dois anos em todo o país. Em meados de 1829, já eram 70 cooperativas, e em 1830, o jornal encerrou suas atividades registrando 300 cooperativas no país.

Em meio à ascensão do cooperativismo, em 1829, John Doherty, conseguiu organizar os fiandeiros em um sindicato nacional e passou a lutar pela organização sindical de todos os trabalhadores. Nessa época, tornou-se comum que grevistas, em ramos que podiam ser operados sem muitas máquinas, em vez de cruzar os

## **A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE COLONIZAÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL**

[ LEITURA COMPLEMENTAR ]

Considerada por alguns autores como a primeira experiência de colonização socialista no Brasil, o Falanstério do Saí, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, foi fundado pelo francês Benoit Jules Mure - seguidor das ideias de Fourier - e mil imigrantes franceses, entre 1842 e 1844. Segundo Giselle Maria da Silva (2014), o desconhecimento da proposta foi o principal motivo para o fim desta experiência, que deixou marcas na história de Santa Catarina. Para a autora, a utopia não é algo irrealizável, mas o desejo de um mundo que deveria ser..

braços se lançassem em competição com seus empregadores, através da produção cooperativa.

É importante citar Charles Fourier, o francês que no século XIX pensou a coletividade a partir de uma outra perspectiva. Com ele surgiu a ideia do falanstério, uma grande comunidade *autogestionada*, cujos membros trabalhariam em funções que gostassem de forma tal que a remuneração teria importância menor.

As falanges propostas por Fourier seriam correspondentes a pequenas unidades sociais com populações de cerca de 1500 habitantes e cada uma possuiria um edifício comum chamado falanstério no qual todos viveriam harmoniosamente. Dessa forma, a organização deveria cuidar para que não existissem grandes diferenças sociais. Todos teriam uma renda mínima, mesmo que não trabalhassem, o que possibilitaria que a escolha do trabalho se desse em função do prazer em detrimento da necessidade de sobrevivência. Fourier teve seguidores na França, mas a experiência se concretizou nos EUA. (BARROS, 2014).

Para Singer (2014), esta foi a fase do socialismo utópico, um fenômeno típico da primeira metade do século XIX, que ocorreu no contexto do relativo fracasso da concretização dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa, e da expansão do industrialismo.

[...] a miséria, desde as primeiras décadas oitocentistas, também passava a se expressar dentro de um novo quadro de intensidades e sociabilidades, de maneira que em breve eclodiriam novos movimentos sociais impulsionados por lideranças que se engajam, mais uma vez, no processo de tentativas de transformação da realidade social e política. Em contrapartida, o Romantismo – por vezes assumindo conotações pessimistas face aos ideais clássicos que não haviam sido realizados pelos movimentos revolucionários do século XVII- contribui para o novo ambiente mental com uma estética do sonho, do devaneio, da fuga, mas também da desilusão e da loucura. Sob este grande quadro tecnológico, mental e social que se desenham as propostas que ficaram rotulados pela rubrica do Socialismo Utópico (BARROS 2014, p. 2).

O socialismo utópico foi inspiração fundamental a partir da qual, de acordo com Singer (2014, p. 6) “os praticantes da Economia Solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e do erro.”

# Princípios da Economia Solidária e características dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Compreendendo que princípios são valores que regem as condutas de pessoas ou grupos, elencamos abaixo os valores presentes em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Você perceberá a relação com as ideias dos socialistas utópicos do século XIX.

São princípios da Economia Solidária:

- A recusa à exploração do trabalho humano e, portanto, a busca pela emancipação do trabalho;
- A coletividade;
- A responsabilidade socioambiental.

A partir desses princípios, podemos relacionar as características dos EES, que concretizam a emancipação do trabalho humano coletivamente organizado e a ética na relação com o meio socioambiental. São essas especificidades, comuns a todos os empreendimentos solidários, que os distinguem dos demais, alinhados com a lógica capitalista.

São características dos EES:

- **Cooperação:** esta perspectiva toma o lugar da competitividade, com a união de objetivos comuns e de esforços e capacidades.
- **Autogestão:** o exercício da prática participativa no trabalho, com ações estratégicas e cotidianas, em diversos graus e interesses.
- **Propriedade coletiva dos meios de produção:** os meios que tornam possível a produção não pertencem a uma ou mais pessoas, mas à todos os integrantes do empreendimento, portanto, não existem patrões ou empregados, o que não significa dizer que não há o exercício de funções diferentes no empreendimento.
- **Eliminação do lucro:** o que caracteriza o lucro na empresa

capitalista é a participação no excedente em proporção à parcela do capital que cada sócio detém. Por isso, o resultado final dos empreendimentos solidários não são lucros, porque não remuneram o capital, mas o trabalho.

- **Mercado justo:** a produção, o comércio e os serviços realizados devem levar em consideração a harmonia socioambiental.
- **Atuação em rede:** a relação com outros empreendimentos solidários é fundamental para que ocorra o fortalecimento e a expansão dos EES. É preciso ainda que se busque também a relação com movimentos sociais e quaisquer ações que tenham relação com os princípios solidários, como, por exemplo, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), e a Plataforma pelo Marco Regulatório (FBES, 2014, p. 6).
- **Formação** dos integrantes dos empreendimentos: desenvolvimento de processos formativos para a cultura da solidariedade, buscando a reflexão e a prática dos princípios e características acima elencados.

Uma característica dos EES que se tem confirmado é o protagonismo das mulheres. Durante a realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2012, a participação feminina foi de 70%, em contraposição aos 30 de homens presentes (FBES, 2014, p. 12).

Segundo Huberman (1981), mundo mais justo tinham como perspectiva o fim do capitalismo, sistema no qual uma pequena parcela da população, formada pelos detentores dos meios de produção, diferentemente da maioria da população, vivem uma vida luxuosa sem precisar trabalhar. Os trabalhadores, ou seja, aqueles que não possuem os meios de produção, vendem a sua força de trabalho e ao fazê-lo, na sociedade capitalista, sofrem exploração, porque há disparidade entre o valor do que produzem e o valor que recebem como salários. Diferença esta chamada por Karl Marx de mais-valia.

O ponto fundamental da doutrina econômica de Marx é que o capitalismo se baseia na exploração do trabalho, mas, diferentemente do que ocorria nos dias da escravidão ou da

Figura 1 - Paul Singer na abertura da V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2012.



Fonte: Leandro Melito - Portal EBC

servidão, em que a exploração era evidente, no capitalismo, ela é escamoteada. (HUBERMAN, 1981).

Os assalariados são pessoas livres, mas não são donos dos meios de produção, ou seja, só podem ganhar a vida vendendo a única mercadoria que possuem, a sua força de trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho não apenas pelo tempo que leva para produzir o valor de seus salários, mas pela extensão de todo um dia de trabalho. Se o dia de trabalho for de 10 horas, e o tempo necessário para produzir o valor e seu salário for igual a 6 horas, então sobram 4 horas durante as quais o operário não está trabalhando para si, mas para seu patrão. Para Marx, as 6 horas são o tempo de trabalho necessário, e as 4 horas, o tempo de trabalho excedente, a mais-valia (HUBERMAN, 1981).

De acordo com Singer:

Na empresa capitalista, todos os esforços dos trabalhadores dirigem-se a um mesmo fim, o de maximizar os lucros dos donos. Por isso as relações nesse tipo de empresa tendem a ser autoritárias e antagônicas. Tanto capitalistas quanto trabalhadores sabem que o lucro é o que sobra da receita de vendas depois de deduzidas as despesas, entre as quais os salários. Quanto maiores os salários, tanto menores os lucros e vice-versa. Esse antagonismo estrutural de interesses é o motor da luta de classe (SINGER, 2014 p.14).

Por isso, uma das principais características de um EES é, justamente, a **propriedade coletiva dos meios de produção**, o que faz com que desapareçam as classes proprietárias e não proprietárias dos meios de produção. Todos são donos do empreendimento, têm os mesmos direitos de decisão e trabalham juntos. Não há, dessa forma, quem viva apenas do rendimento do capital. Assim, o EES:

[...] não remunera o capital próprio dos sócios e quando trabalha com capital emprestado paga a menor taxa de juros do mercado. Isso significa que os ganhos dos trabalhadores têm prioridade sobre o lucro, que na empresa solidária toma a forma de sobras. Essas sobras são distribuídas por decisão dos sócios de distintas maneiras, mas nunca de acordo com a participação de cada um no capital da empresa (SINGER, 2014, p. 14).

O que caracteriza o lucro na empresa capitalista, como mencionado anteriormente, é a participação no excedente em proporção à parcela do capital que cada sócio detém. Por isso, as sobras dos EES não podem ser consideradas como lucro.

Segundo Singer (2014), falar em propriedade privada dos meios de produção no capitalismo significa falar em propriedade dos meios sociais de produção, os meios que só podem ser operados coletivamente. Para o autor, os pequenos empreendimentos, os empreendimentos familiares, os artesãos, agricultores familiares que detêm os meios de produção não devem ser considerados empreendimentos capitalistas. Segundo Singer (2005, p. 14), eles tendem a integrar empreendimentos solidários quando “se associam, de forma igualitária, em geral para aproveitar as vantagens pecuniárias de compras e vendas em comum, sem renunciar a autonomia de produtores individuais ou familiares.”

Para Lisboa (2014), é fundamental esclarecer que os EES estão no mercado e não devem ser caracterizados apenas como empreendimentos que não auferem lucros,

[...] até porque a dimensão do lucro – ainda que renomeado como resultado, sobras ou excedente – está presente nas suas expressões mercantis. Para deixar claro, o lucro é fundamentalmente, uma dimensão que permite auferir e avaliar a eficiência das atividades econômicas mercantis. Sua presença possibilita a capacidade dum empreendimento de reinvestir em si mesmo, se renovar e se expandir, define a sustentabilidade duma atividade econômica e sua vida dinâmica. Dessa forma, é preciso realçar que uma das originalidades da economia solidária é estar no mercado sem se submeter à busca do lucro máximo (Lisboa, 2014, p. 109).

Assim, os EES são empreendimentos mercantis, mas limitados pela perspectiva social e ecológica. Porque buscam a articulação entre a responsabilidade socioambiental e a viabilidade econômica.

Conforme afirmamos anteriormente, ao apresentarmos as características dos EES, nesses empreendimentos é fundamental que a constituição do trabalho associado se dê como um

processo formativo. Também é imprescindível que não se abra mão de promover a articulação dos empreendimentos em redes de cooperação, ou seja, a atuação em rede. As feiras e os fóruns viabilizam o estabelecimento desta rede de cooperação, pois possibilitam o contato entre empreendedores solidários. Há ainda as redes sociais na internet, como o cirandas.net, criado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Entretanto, muitos empreendedores encontram dificuldades para fazer uso destes espaços. No caso das feiras, as dificuldades giram em torno da locomoção e do armazenamento dos produtos que são vendidos ou trocados, uma vez que, via de regra, as feiras não tem um lugar fixo para a sua realização. Desta forma, os empreendedores precisam transportar os produtos, muitas vezes, por longas distâncias.

Durante as reuniões estaduais para a participação na Terceira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), em Santa Catarina, a falta de espaços fixos para a comercialização dos produtos e serviços dos EES foi citada como um dos principais problemas encontrados. (HICKENBICK, 2014).

Quanto às redes sociais, a dificuldade está relacionada a não inclusão digital de muitos empreendedores. Conforme Padilha (2009), os empreendimentos econômicos solidários podem ser divididos em:



## Cooperativas

Empreendimentos econômicos formados pela associação voluntária de pessoas com o objetivo de apoiar-se mutuamente. São administradas e controladas democraticamente pelos próprios associados. Elas são “[...] a um só tempo, associações de pessoas e empresas econômicas cujo objetivo é a satisfação das necessidades de seus sócios\cooperados e a promoção da cultura e da cidadania”. (PADILHA, 2009, p. 8).

## Cooperativas **Populares**

O que diferencia as cooperativas populares de outras experiências de organização socioeconômica cooperativista é, fundamentalmente, a situação de exclusão de seus associados.

São organizações de ajuda mútua formada por trabalhadores economicamente marginalizados, desempregados ou subempregados, os quais, visando a geração de trabalho e renda, associam-se voluntariamente e constituem igualmente a composição do capital necessário para a formação da sociedade cooperativa, sendo que a força de trabalho é o principal capital de que dispõem. As interações entre as pessoas possuem maior relevância e os critérios de valor igualitário e democráticos são privilegiados em relação aos critérios de racionalidade (produtividade, lucro, crescimento) da economia capitalista. (PADILHA, 2009, p. 8).

De acordo com o Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2014, p. 99-101), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária reconhece por EES as organizações que sigam os seguintes critérios:

Quanto à gestão e funcionamento:

- Coletivas, tais como associações, cooperativas, empresas *autogestionárias*, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais, bancos comunitários; no caso de associações sem fins lucrativos, essas devem possuir atividade econômica definida nos seus objetivos.
- Seus participantes são trabalhadores dos meios urbanos ou rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação de resultados.
- Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o fundamental, mas sim a autogestão.
- São organizações regulares que estão em funcionamento e organizações que estão em processo de implantação com grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas. Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.
- São organizações que respeitam os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual e grupos minoritários, bem como o direito dos trabalhadores, os critérios ambientais nas suas atividades econômicas buscando a conservação ambiental e o desenvolvimento humano. É preciso ainda que garantam que não utilizam

mão de obra infantil. São organizações que valorizam o compartilhamento entre homens e mulheres do trabalho reprodutivo, e do cuidado com as pessoas.

- São organizações em que o patrimônio e os meios de produção são coletivos. A atividade fim é coletiva, por isso, não pode ser um empreendimento que seja um guarda-chuva de trabalhadores que fazem suas atividades individualmente.

Os EES têm sido incubados em universidades, nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Segundo Dagnino e Fonseca (2011), as ITCPs têm sido uma das ações de mais rápido crescimento nas universidades brasileiras:

[...] a incubação de EES prepara constituição de empresas autogestionárias, onde os trabalhadores são donos, planejadores e executores do processo produtivo e dos meios de produção. [...] partem de uma hipótese na qual a cooperação de sujeitos pode resolver problemas de acesso ao trabalho e renda e, com isso, gerar dinâmicas de cidadania. Por isso têm um foco social, político e estratégico na possibilidade de construir alternativas para a superação das desigualdades. Ao não adotar o referencial de uma solução clássica, via emprego, a incubadora parte da hipótese da possibilidade do trabalho coletivo e autônomo (DAGNINO; FONSECA, 2011, p. 19, apud HICKENBICK, 2012, p. 6).

A preocupação com a integração entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho deu origem à Rede Nacional de Universidades (Unitrabalho), que, desde 1992, congrega dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

Entre os programas da Unitrabalho, citamos o Programa Nacional Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável que desenvolve atividades de pesquisa e extensão, por meio de EES (HICKENBICK, 2012).

#### **O PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES - PRONINC**

##### [ LEITURA COMPLEMENTAR ]

Em 1995, a Instituição Alberto Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa (COPPE/UFRJ) e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) criaram, com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação Banco do Brasil (FBB), a primeira ITCP. Em 1997, foi criado o PRONINC, tendo como signatários a FINEP, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP. Entre 2007 e 2011, a FINEP financiou 28 incubadoras com recursos oriundos dos SENAES. (FINEP, 2014).



## Conceitos de Economia Solidária

Gadotti (2009) avalia que não há apenas um conceito de Economia Solidária e que preconizar a busca por um conceito hegemônico seria algo contraditório que estaria, inclusive, alinhado com as ideias que predominam no mundo do capital. Para o autor, há vários entendimentos sobre o que é a Economia Solidária e, embora haja características comuns à todos os EES, devemos tratar de “promover uma pluralidade de economias, convergindo para o mesmo fim que é a felicidade humana, a realização do ser humano para uma vida plena.” (GADOTTI, 2009, p. 110).

Durante o Fórum Social Mundial de 2005, circulou um folheto que conceituava a Economia Solidária como:

[...] um processo de organização para o fortalecimento do trabalho associativo e sua emancipação social voltado para o desenvolvimento local e sustentável, no qual as trabalhadoras e trabalhadores são protagonistas, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação (GADOTTI, 2009, p. 106).

Neste Fórum, a Economia Solidária foi também apresentada como uma “estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho tendo como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação e a valorização do ser humano e do meio ambiente.” (GADOTTI, 2009, p. 106).

Na cartilha elaborada pela Coordenação do FBES consta que:

[...] a Economia Solidária é um jeito diferente de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na cooperação e na democracia, de forma autogestionária, onde não há patrão e empregados; um jeito de estar no mundo e consumir em casa, em eventos ou no trabalho produtos locais, saudáveis, que não afetem o meio ambiente, não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas capitalistas; um movimento social que luta pela mudança, por uma forma de desenvolvimento que não seja baseada na concentração de renda e de poder (BRASIL, FBES, 2014).

Conforme o próprio nome diz, a Economia Solidária propõe a prática da solidariedade no lugar da competição, o que nada tem de natural, uma vez que a lógica individualista impera na sociedade em que vivemos.





## Economia **Solidária**

Um processo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade, a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados a sua disposição. (GADOTTI, 2009, p. 13).

Segundo Lisboa (2014, p. 109), Economia Solidária designa inúmeras experiências:

[...] incluem formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos.

As práticas acima citadas se encontravam dispersas e fragmentadas até que a consolidação do termo Economia Solidária nos anos 1990 do século XX, veio aglutiná-las em torno de um movimento social mais amplo. (LISBOA, 2014).

A Economia Solidária é uma forma de organização da atividade econômica caracterizada pelo trabalho associado e na qual é central a busca pelo **desenvolvimento econômico**, que é entendido como antagônico ao **crescimento** econômico.

O desenvolvimento econômico está relacionado ao desenvolvimento sustentável e às ideias discutidas na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, organizada no início dos anos 1980 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e chefiada pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Destas discussões, resultou um documento intitulado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, no qual o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que satisfaz as necessidades presentes

sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as próprias necessidades. O relatório aborda, de forma crítica, o que seriam as necessidades presentes, oriundas de padrões de consumo incompatíveis com o desenvolvimento sustentável. (GADOTTI, 2009).

Finalizamos com o conceito expresso no Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, onde mais de 10.000 trabalhadores debateram a Economia Solidária como “[...]um movimento social organizado e estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário; movimento de opção de organização popular e luta emancipada de trabalhadores associados para o enfrentamento e superação do capitalismo.” (FBES, 2014, p. 6).

## Economia Solidária nos contextos nacional e estadual

### Economia Solidária no Brasil

O envolvimento de Gadotti com a Economia Solidária data do fim dos anos 1980 do século XX e se deu por conta do trabalho com educação popular, cujo princípio fundamental é apoiar-se na dimensão educativa do trabalho. Influenciados pelas ideias do economista chileno Luis Razeto, para quem a economia popular era um fenômeno generalizado que se estendia na América Latina, Gadotti considerava que no contexto das profundas transformações do mercado e das estruturas econômico-sociais em curso:

#### **EDUCAÇÃO POPULAR**

##### [ LEITURA COMPLEMENTAR ]

Segundo o diretor de desenvolvimento institucional do Instituto Paulo Freire, Paulo Roberto Padilha, a Educação Popular é um conceito complexo e pode ser entendida como aquela que promove diferentes saberes e práticas em espaços de formação escolar e não escolar, assumindo o compromisso com a diversidade cultural, os direitos humanos e a construção dialógica de conhecimentos, e partindo da realidade dos sujeitos e do protagonismo popular para a transformação da realidade. (PADILHA P. R., 2014)

Naquele momento nos referíamos a processos que, na bibliografia econômica e sociológica daquela época eram compreendidos através de expressões como ‘economia informal’, ‘estratégias de subsistência’, ‘economias subterrâneas’ e outras similares [...] diferentes estratégias de subsistência e estratégias de vida, tais como: microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios; organizações econômicas populares, iniciativas individuais não estabelecidas e informais; atividade ilegais e com pequenos delitos e soluções assistenciais e inserção em sistema de beneficência pública ou privada (GADOTTI, 2009, p. 18).

Em 1989, Gadotti era membro da Associação Internacional de Educação Comunitária – ICEA - e iniciou, com outros pensadores, um programa de economia popular para a América Latina que envolvia diversos países em torno do que chamaram Fator C:

cooperação, corresponsabilidade, comunicação, comunidade, ou seja, elementos que constituem as organizações populares e iniciam com a letra C.

Em 1992, na Cúpula da Terra (Rio-92) foi aprovado o documento intitulado **Agenda 21**, no qual estava prevista a transferência de tecnologia e a cooperação internacional dos países ricos para os países pobres. Gadotti (2009) pondera, entretanto, que o documento carece de um entendimento crítico, uma vez que não toca na insustentabilidade intrínseca ao modo de produção capitalista. Para o autor, a ideia de que o mundo precisa de uma outra economia – ou não haverá mais mundo para economia alguma – vai para além dos EES, e refere-se à própria sobrevivência das espécies, inclusive a nossa.

Podemos afirmar que **no Brasil**:

[...] a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de EES e foram criadas novas organizações de abrangência nacional. A economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc ( MTE; SENAES, 2014).

## **INTERNATIONAL COMMUNITY EDUCATION ASSOCIATION - ICEA**

[ LEITURA COMPLEMENTAR ]

A história da ICEA começa nos Estados Unidos da América, em 1974, como uma associação de educadores comunitários. Ela surgiu de uma outra organização a Associação Nacional de Educação Comunitária, criada em 1966. Em 1978, a Associação internacionalizou-se e, atualmente, conta com um comitê executivo com representantes nos cinco continentes. É uma organização não governamental composta por pessoas que trabalham com educação de comunidades. (GADOTTI, 2014).



Portanto, a Economia Solidária acontece na articulação entre o movimento, composto pelos EES, os fóruns, as feiras, as entidades de apoio e fomento e os gestores públicos.

O FBES (2014) reconhece como entidade de assessoria (ou apoio) e fomento as que desenvolvem efetivamente ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa. Considera-se como gestores públicos aqueles que executam, implementam e ou coordenam políticas públicas de economia solidária, em parceria com outros segmentos do movimento.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) está inserida no Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal e apresenta vários programas de apoio à Economia Solidária tais como o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, o Programa Agricultura Familiar e Agricultura Irrigada, Trabalho Emprego e Renda; Políticas para as Mulheres, entre outros. (FBES, 2014).

Em 2010, foi criado, no âmbito da SENAES, o Sistema de Comércio Justo e Solidário – SCJS- pelo decreto nº 7358, cujo objetivo é a promoção de relações comerciais mais justas e solidárias, por meio de um fluxo comercial baseado em critérios de justiça e solidariedade através da participação autônoma e ativa dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Conforme o decreto, um comércio justo e solidário caracteriza-se por desenvolver relações comerciais mais justas, solidárias, duradouras e transparentes, pela corresponsabilidade nas relações comerciais entre os diversos participantes da produção, comercialização e consumo; pela valorização, nas relações comerciais, da diversidade étnica e cultural e do conhecimento das comunidades tradicionais; pela transparência nas relações comerciais, concretizada no acesso à informação sobre a composição dos preços praticados e sobre a elaboração dos produtos (FBES, 2014).

Os objetivos do Comércio Justo e Solidário são segundo FBES (2014):

- A garantia dos direitos dos produtores, comerciantes e consumidores nas relações comerciais.



- A promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça social e da segurança alimentar e nutricional; a promoção da cooperação entre produtores, comerciantes e consumidores para a redução dos riscos e da dependência econômica.
- A promoção de práticas de autogestão nos processos de trabalho e nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, bem como a transparência e democracia nas instâncias, direção e coordenação das atividades produtivas e gerenciais.
- O estímulo às relações de solidariedade a partir da justa distribuição dos resultados e do comprometimento com a melhoria das condições de vida dos participantes.
- A valorização das práticas de preservação e de recuperação do meio ambiente, com ênfase na produção de produtos de base agroecológica e nas atividades de extrativismo sustentável.

Poderíamos perguntar, afinal de contas, por que existe uma lei para tratar de justiça nas relações comerciais?

Para nos aproximarmos de uma resposta a esta pergunta ou para respondê-la sem rodeios, nos baseamos em um texto de Renato Bittencourt (2013). No artigo selecionado, o autor discute o papel da publicidade na sociedade de consumo e os valores que essa destaca. Bittencourt tece críticas à busca pelo bem-estar que cada um de nós empreende cotidianamente em detrimento de outras formas de vida e mesmo da sobrevivência do nosso mundo.



### A celebração do consumo

O mecanismo publicitário, ao revestir com qualidades inexistentes os produtos ofertados, faz o consumidor acreditar que ele pode ser alguém melhor adquirindo coisas, sejam elas supérfluas ou não. O prazer sensorial proporcionado pelo consumo se esvai rapidamente, pois o seu eixo diretor não se encontra em uma raiz intrínseca da vida humana caracterizada pela capacidade de se fruir o bem-estar pessoal de maneira endógena, isto é, sem a necessidade de estímulos externos, tal como o operado pelo sistema consumista.

A relação sedutora produzida pelo sistema de mercadorias apresentadas ostensivamente na experiência cotidiana, operada pelo ardil publicitário, pretende justamente exigir de cada indivíduo, o consumo dos produtos maravilhosamente expostos nos grandes altares comerciais, as prateleiras, vitrines, mostruários, fazendo com que o consumidor se relacione com tais produtos a partir de uma experiência devocional secularizada. Para Gilles Lipovetsky (1944), “a sedução tomou o lugar do dever, o bem-estar tornou-se Deus, e a publicidade é o seu profeta. O reino do consumo e da publicidade exprime muito bem o sentido coeso da cultura pós-moralista. Assim, as relações entre os homens ficam sendo sistematicamente menos simbolizadas e apreciadas que as relações entre os homens e as coisas.”

Quantas pessoas no mundo inteiro estão alheadas desse processo normativo de consumo? Quantas pessoas são exploradas nas fábricas para que o índice de produção aumente a fim de dar conta da demanda de consumo? Quantos vendedores se submetem aos caprichos dos gerentes para que as metas sejam batidas? Qual a sensação que uma pessoa economicamente inviável vivencia ao receber milhares de estímulos de consumo sem que seja, todavia, capaz de saciá-los? Quantos animais são mortos para que o consumidor possa satisfazer seus desejos? Ao invés de estabelecer em sua existência um modo de vida sustentável que seja conveniente para a manutenção saudável do meio ambiente, o consumidor-soberano destrói as formas de vida em nome de seus caprichos egoístas. Nosso padrão de vida dispendioso transforma animais em bolsas, sapatos, cosméticos, sem qualquer consideração com o sofrimento imposto a esses seres vivos. O luxo que ostentamos é erigido sob o sangue animal. Os pesquisadores do Grupo Marcuse afirmam que a publicidade é a vitrine no qual as mercadorias fazem seu espetáculo, mas omite sistematicamente os bastidores das indústrias. Se os publicitários nos informassem de verdade sobre a história dos produtos que eles elogiam com tanto alarde, veríamos os cartazes se cobrirem de sangue, ouviríamos o estrondo das fábricas, os suspiros dos que são explorados, sentiríamos o cheiro ácido das nuvens de fumaça que escapam delas e dos veículos que fazem a distribuição mundial dos produtos. Os publicitários sabem perfeitamente que isso poderia reduzir a fome consumista, portanto, o seu papel é ocultar o horror produtivista que está por trás do conforto consumista (BITTENCOURT, 2014, p. 69).



O que o autor apresenta justifica, em nossa opinião, a criação do SCJS, que é um dos marcos legais da Economia Solidária. Seria uma utopia?

O professor Paul Singer, que desde 2003 é o secretário nacional da Economia Solidária, falou ao Programa Roda viva em 2012 que as utopias não existem para fazer castelos no ar, mas para mostrar caminhos possíveis. Singer foi interrogado sobre o fato de que as ações e os programas da SENAES são desconhecidos da grande maioria das pessoas, ao contrário, por exemplo, dos programas da Secretaria de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social, que promove o Bolsa Família. O secretário respondeu que a SENAES não tem um programa como esse de apoio direto à população e que a própria Economia Solidária é desconhecida, embora haja um movimento nacional da sociedade civil, ao qual a Secretaria dá apoio, e uma rede intercontinental de economia solidária. Singer ponderou que não poderia ser diferente, já que o que se busca é uma mudança estrutural na sociedade, uma sociedade mais igualitária e sem padrões. Uma sociedade na qual não tivesse lugar a publicidade que omite as mazelas ambientais e sociais decorrentes dos padrões de consumo atuais.

Apesar da difícil tarefa a que se propõe, já é possível traçar uma linha do tempo para a Economia Solidária em nosso país, posterior às já citadas primeiras iniciativas, nos anos 1980 do século passado:

# Linha do tempo da economia solidária no Brasil

✓ Criação da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares pela Instituição Alberto Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa (COPPE/UFRJ), apoiada pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).



1995

1996

✓ Criação do PRONINC.

1997

1998

1999

✓ Realização da série de oficinas regionais e nacionais de formadores.

2005

2006

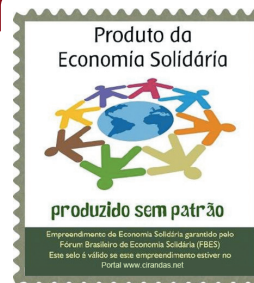
2007

2008

2009



- ✓ Realização da primeira CONAES.
- ✓ Contabilização de fóruns estaduais em 27 estados brasileiros.
- ✓ Articulação, especialmente com a América Latina.



✓ Lançamento da Campanha Nacional pelo Consumo Responsável e pelo Selo da Economia Solidária.

✓ IV Plenária Brasileira de Economia Solidária.

✓ Lançamento do Centro Nacional de Formação em Economia Solidária e dos cinco centros regionais (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul). O centro regional Sul está sob a coordenação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).





## Fórum Brasileiro de Economia Solidária

- ✓ Criação do FBES com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países.
- ✓ Criação do GT-Brasileiro de Economia Solidária.



- ✓ Realização da primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária.
- ✓ Construção da Plataforma da Economia Solidária.

✓ Realização da segunda Plenária Brasileira de Economia Solidária.

✓ Criação da SENAES, no âmbito do MTE. A criação da SENAES foi feita a partir de uma proposição popular e de uma decisão governamental.

✓ Realização da III Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a elaboração da Carta de Princípios e Plataforma de Lutas.

✓ Criação da Plataforma de Economia Solidária, iniciada em 2002, com sete eixos: **(1)** finanças; **(2)** marco legal; **(3)** educação; **(4)** comunicação; **(5)** redes de produção, comercialização e consumo; **(6)** democratização do conhecimento e tecnologia, organização social de economia solidária e **(7)** ampliação do envolvimento das universidades.

2000

2001

2002

2003

2004

✓ Realização de mais de 200 plenárias em todo o país, envolvendo aproximadamente 10 mil trabalhadores.



2010

2011

2012

2013

2014

## II CONAES II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- ✓ Realização da segunda CONAES.
- ✓ Proposta de lei que cria a Política Nacional de Economia Solidária, o Sistema e o Fundo Nacional de Economia Solidária.
- ✓ Lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010 com o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”.
- ✓ Instituição do Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SCJS), através do decreto nº 7378 de 1º de dezembro de 2010.



✓ Realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária que traçou a orientação política do movimento para o triênio 2013-2015, a partir dos debates das plenárias estaduais de 2011.



✓ Participação da SENAES no Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal.



## 3ª Conaes Conferência Nacional de Economia Solidária

Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

✓ Realização da terceira CONAES com o tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.”

## FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

### [ LEITURA COMPLEMENTAR ]

O FBES se organiza a partir de três segmentos: EES, composto por trabalhadores de diversos ramos que se organizam de forma *autogestionária*; Gestores Públicos (GP), que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de economia solidária, organizados em rede, e Entidades de Assessoria e Fomento (EAF) que prestam apoio, assessoramento técnico, político, infraestrutura ou financeiro aos EES e à organização da Economia Solidária. (FBES, 2014, p. 23).

Passados mais de 20 anos desde a elaboração do programa de economia popular para a América Latina, em 1989, e da realização da Cúpula da Terra, em 1992, há mais de 20 anos, a Economia Solidária tornou-se um sistema mais complexo. O conteúdo do site do FBES - composto por documentos legais, artigos acadêmicos, notícias sobre encontros, apresentações, feiras no Brasil e na América Latina - pode demonstrar.

De acordo com um levantamento realizado durante a V Plenária Nacional de Economia Solidária sobre quem exercia plenamente a Economia Solidária na produção e reprodução da vida, no trabalho e na prática do consumo solidário, a maioria das pessoas entrevistadas respondeu negativamente, afirmando que o exercício da Economia Solidária se dá na participação nos fóruns regionais e estaduais e, pontualmente, nas reuniões e feiras. (FBES, 2014, p.14).

## A Economia Solidária em Santa Catarina

Em **Santa Catarina**, conforme noticiava o Fórum Catarinense de Economia Solidária – FCES de novembro de 2013, havia 790 EES mapeados. Neste mesmo ano, foi formada a Frente Parlamentar da Economia Solidária com o objetivo de fortalecer as instituições que promovem a Economia Solidária no Estado. Para tanto, a Frente deverá estruturar o Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária e ainda criar um plano de desenvolvimento econômico do setor em 2014.

Na cidade de Itajaí, litoral Norte do Estado, a Economia Solidária acontece desde 1997 e desde 2007, a cidade conta com um Centro Público de Economia Solidária (CEPESI), atualmente com cerca de 20 EES. Itajaí é uma exceção, uma vez que, a não ser pela realização das feiras e de alguns eventos, em Santa Catarina não há espaços onde os empreendedores solidários possam expor e comercializar seus produtos e serviços.

---

A Universidade do Vale do Itajaí - Univali - destaca-se como uma entidade de apoio à Economia Solidária, pois possui uma ITCP. As informações seguintes, sobre os fóruns catarinense e litorâneo de Economia Solidária e as principais realizações da Economia Solidária no Estado, foram repassadas aos autores em março de 2014 pela professora Leila Andrésia Severo Martins, coordenadora da ITCP Univali.

---

O processo de construção do FCES vem sendo consolidado a partir do envolvimento de trabalhadores e dos EES, mapeados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O FCES é composto por entidades de apoio do Estado, EES e gestores públicos de âmbito estadual e local. O Fórum foi criado a partir do Grupo de Trabalho Catarinense de Economia Solidária, que atua desde 1999.

Entre as realizações do FCES em 2010 destacam-se:

- II Conferência Estadual (oito regionais).
- Cinco feiras regionais, com 200 EES participantes e 552 empreendedores participantes.
- Feira Estadual **Sustentar 2010** com 220 estandes , 1500 participantes e público superior a 40 mil pessoas.
- Cinco reuniões estaduais do FCES.
- Capacitação de 35 formadores em Economia Solidária no Estado.



Como principais ações do FCES em desenvolvimento no Estado, destacam-se:

- Rede de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: ao total são quatro ITCPs em Santa Catarina.
- Agentes de Desenvolvimento Local sendo nove deles diretamente ligados ao Estado.
- Centro de Formação em Economia Solidária que formou, em 2010, 35 pessoas e em 2011 mais 30 pessoas. Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo com Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE).

O Fórum Litorâneo é um “fórum regional”, ou seja, é uma das formas de articulação do movimento da Economia Solidária que se organiza nas esferas municipal, regional, estadual e nacional. É um espaço onde se articulam as políticas públicas para a Economia Solidária, os processos de comercialização para os EES e é também um espaço para apoio, fomento e mobilização. Tem atuação abrangente na região do litoral Norte do Estado de Santa Catarina e fomenta as políticas públicas em todas as cidades integrantes da Associação dos Municípios da Região Foz do Rio Itajaí (AMFRI) e inclui os municípios de Brusque e Balneário Camboriú, que não fazem parte da AMFRI.

As políticas públicas no Fórum Litorâneo estão organizadas por entidade de apoio/fomento e poder público e as iniciativas da política pública em cada município acontecem através de projetos, apoio e fomento da comercialização em feiras, lojas de comércio justo, oficinas de aperfeiçoamento e apoio às cooperativas de reciclagem.

Abaixo estão relacionados os grupos de EES por município, ligados ao Fórum Litorâneo, e as entidades públicas ou privadas que os assessoram:

- **Navegantes:** ITCP/Univalie Fundação Cultural;
  - Grupos existentes:
  - Recinave (associação de catadores);
  - Artesanave (associação de artesãos).
- **Itapema:** Secretaria de Turismo, Fundação Cultural, Fundação do Meio Ambiente e do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Fundação Banco do Brasil (DRS-BB). Grupos existentes:

- Associação Artesãos da Meia Praia;
  - Associação de Artesãos de Itapema;
  - COOPERITAPEMA (Cooperativa de Reciclagem de Itapema);
  - AAAPI (Associação de Artesãos e Artistas Plásticos de Itapema).
- **Porto Belo:** Secretaria de Turismo, Fundação Cultural e Sebrae. Grupos existentes:
    - AAAPPB (Associação Artesãos Artistas Plásticos Porto Belo);
    - AMQC (Associação Artesãs Mulheres que Criam).
- **Balneário Camboriú:** Assistência Social, ITCP/ Univali, Programa Desenvolvimento Regional Sustentável da Fundação Banco do Brasil (DRS-BB), Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI), Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SDIS-PMBC) e Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SECTUR-BC). Grupos existentes:
    - Grupo Arte em Conchas;
    - COOPERMAR (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Balneário Camboriú);
    - Associação de Mulheres Solidárias e Criativas de BC;
    - Cheiro Brasil;
    - Associação Quilombolas Morro-do-boi;
    - Empório da Roça;
    - Empório do Artesão;
    - Feira da Lua – Feira rotativa, ponto de comercialização.
- **Itajaí:** ITCP/Univali, Lei do Conselho Municipal de Economia Solidária (projeto SENAES), Banco do Brasil, Ação Social do Bairro São João, Centro de Direitos Humanos de Itajaí, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e CEPESI. Grupos existentes:
    - COOPERFOZ (Cooperativa de Reciclagem da Foz do Rio Itajaí);
    - Grupo Artistas do Vale;
    - Grupo Cultural Tarrafa Elétrica;

- Grupo Terra Transcendental;
- Instituto Excellence de Desenvolvimento;
- Consertos de Costura;
- Núcleo Afrodescendente;
- Espaço Terapêutico;
- Feira de Orgânicos – realizada todas às quartas-feiras.

- **Brusque:** Faz parte do Fórum Litorâneo por conta da proximidade e afinidade nos trabalhos desenvolvidos pela entidade. Tem apoio da Secretaria de Assistência de Economia Solidária e do projeto para Economia Solidária, realizado junto com a SENAES, para execução no ano de 2014. Brusque foi contemplada num projeto junto à SENAES para implantação da Economia Solidária no município. Grupos existentes:

- grupos de artesanato;
- cooperativa de metalurgia.

Os municípios de Luiz Alves, Piçarras, Penha, Camboriú, Bombinhas e Ilhota estão iniciando os trabalhos de organização em Economia Solidária. Luiz Alves, Piçarras e Penha já contam com EES:

## FÓRUM CATARINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

[ LEITURA COMPLEMENTAR ]

O FCES é uma organização informal, de caráter estadual, que congrega instituições da sociedade civil que atuam no desenvolvimento (fomento, assessoria e articulação) da Economia Solidária e Empreendimentos de Economia Solidária. Podem ser cooperativas, associações, empresas *autogestionárias*, grupos informais de produção e consumo etc. Oportunizam condições favoráveis ao fortalecimento dos empreendimentos do Estado de Santa Catarina.

Ela surgiu a partir da Jornada Catarinense de Economia Popular Solidária em maio de 2000 em Florianópolis como grupo de trabalho. (FBES, 2014).

- **Penha:** Grupos existentes:
  - grupo de maricultores;
  - grupo de artesanato.
- **Piçarras:** Grupos existentes:
  - grupo de agricultores AMARK (entidade de apoio).
- **Luiz Alves:** Grupo existente:
  - Muza Brasil (fibra da bananeira).

Em **Camboriú**, não há, ainda, grupos existentes, mas foi realizada uma formação sobre Economia Solidária, no âmbito do Programa do Governo Federal **Mulheres Mil**, no Instituto Federal Catarinense, com o objetivo de fomentar a Economia Solidária no município, entretanto, os grupos existentes ainda não estão oficializados.

A organização da Economia Solidária se expande em todo o Brasil. É difícil identificar todas as iniciativas que possam existir, porque emergem, diariamente as mais variadas formas. Sua capilaridade

faz com que os 27 estados da nação tenham a organização de um Fórum Estadual de Economia Solidária.

Assim como a Univali, a Fundação Universidade de Blumenau (FURB), também possui uma ITCP, cuja atuação já ultrapassa uma década. E, como as universidades, os Institutos Federais também podem ser entidades de apoio à Economia Solidária. A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), implantou uma nova estrutura organizacional na Educação Profissional, na qual está contemplada a atuação dos IFs em ações, projetos ou programas que gerem efetivo impacto social, com melhorias na vida de trabalhadores jovens e adultos, como os que frequentam o PROEJA. Essa reestruturação requer uma nova forma de pensar a instituição, com o desenvolvimento de ações cooperadas entre diversos atores sociais. A incubação de EES insere-se neste contexto, e está contemplada na referida lei, bem como no Projeto de Desenvolvimento Institucional do IFSC. (IFSC, 2009).

Entretanto, de acordo com pesquisa sobre a incubação nos IFs, realizada em 2012 (Hickenbick, 2012), somente o IFSC e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) trabalhavam com empreendimentos coletivos, sendo que nos demais, o foco era nas empresas júniores. Segundo Coan (2011), o ensino do empreendedorismo é uma tendência na educação profissional e no caso do IFSC, desde os anos 1990 do século XX começou como componente curricular em cursos técnicos.

A atenção aos empreendimentos coletivos é bem mais recente e muito incipiente. A Pró-Reitoria de Extensão do IFSC dialoga com a Economia Solidária por meio da formação eventual dos servidores, da criação de fóruns de debate e da participação, também eventual, no Fórum Regional de Economia Solidária. De acordo com o depoimento de Douglas Juliani, coordenador institucional de Políticas Públicas da Pró-Reitoria de Extensão, há projetos de extensão relacionados ao tema em alguns câmpus do IFSC. Juliani cita o câmpus Araranguá, que em 2014 captou um edital da SENAES para criar uma incubadora social. (Douglas Juliani, depoimento cedido aos autores em março de 2014).

O câmpus Florianópolis-Continente incubou, entre novembro de 2010 e julho de 2013, por meio de um projeto de extensão, a Associação de Condutores Locais Ambientais e Culturais da Grande Florianópolis (Uatapí- Andar a Pé) .

O objetivo da incubação é apoiar um empreendimento por determinado tempo para que ele reúna condições de atuar no mercado de trabalho sozinho, e, no caso de um EES, atuar de forma coletiva e *autogestionária*. Para além deste objetivo, a experiência no câmpus teve como proposta contribuir para o debate e a efetivação do apoio a empreendimentos coletivos no IFSC, conforme se depreende do objetivo do projeto:

[...] orientar o desenvolvimento do empreendimento autogestionário, de caráter associativista de Condutores Ambientais e Culturais Locais da Grande Florianópolis, baseando-se em princípios da Economia Solidária, para oportunizar aos futuros egressos dos cursos de FIC em Conductor Ambiental Local e Conductor Cultural Local (CFC/IF-SC) uma estrutura ou “empreendimento” em prol de sua visibilidade profissional, e criar procedimentos que possam contribuir para a estruturação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) no IFSC (RIBAS; HICKENBICK, 2010 p. 3).

Conforme afirmamos anteriormente, o IFSC tem apoiado prioritariamente o empreendedorismo como tema transversal, unidade curricular, incubação de empresas juniores. Incubar um EES significa oferecer um contraponto ao atual apoio da instituição ao empreendedorismo no sentido da promoção do indivíduo e dos valores da sociedade capitalista.

A incubação de um empreendimento coletivo não se realiza em curto prazo e depende da formação dos empreendedores nos princípios da Economia Solidária para a construção de outras relações sociais, diversas das que imperam na sociedade capitalista, conforme afirmamos no primeiro capítulo, ao tratarmos das características dos EES. A não observância desse aspecto pode comprometer a consolidação do EES, conforme assinala o depoimento abaixo, do associado e integrante da diretoria da Uatapí Ademair Alarício do Espírito Santo, o Mazinho:

Na minha concepção uma parte da Associação Uatapí foi modelada na práxis pedagógica da economia solidária, ou seja, numa prática educacional para trabalhadores do labor autogestionário, através da associação de representação de classe. Como fatia de tarefas onde coube a mim representar a associação na Ecosol posso afirmar que tem sido uma experiência que me dignifica como associado Uatapí, me gratifica como indivíduo e me dá sentimento de um coletivo abrangente por suscitar outros trabalhadores, de uma inércia provocada pelo sistema maléfico do capital. Me apraz ainda participar deste contexto por apresentar possibilidade de combate a precarização de condições de trabalho, ou como forma solidária de combate a pobreza dentro uma política participativa e de resistência a mercantilização.

**Agora, considerando que o maior pressuposto da Economia Solidária é a autogestão e o êxito depende de uma mudança que grande parte de nós tem como visão de mundo**, uma vez também que o Estado, neste caso, o Estado de Santa Catarina não se manifesta efetivamente em ações, sejamos lúcidos: o avanço fica comprometido (Mazinho, depoimento cedido aos autores em fevereiro 2014) (grifo dos autores).

A Uatapí desvinculou-se do IFSC em julho de 2013, um ano antes do que havia sido proposto inicialmente. As relações entre a entidade de apoio e o EES não foram fáceis. Um dos problemas encontrados foi o fato de que a dimensão formativa, fundamental nos empreendimentos, não foi suficientemente trabalhada, não deliberadamente, porque:

Os professores envolvidos, embora tenham procurado capacitar-se através de contatos formais e informais com a ITCP da Fundação Universidade de Blumenau (FURB) e com o Fórum Regional de Economia Solidária, além de realizar leituras sobre o tema, estando às voltas com questões práticas, e sempre urgentes, não conseguiram realizar a necessária reflexão sobre o processo da incubação (RIBAS; HICKENBICK, 2014, p. 2).

Atualmente, a Associação está vivendo um processo de reestruturação e têm dialogado com o IFSC momento este compreendido como o período de pós-incubação.

No âmbito do IFSC, pode ser citado ainda, o curso de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários, ofertado em 2013 no campus Florianópolis-Continente, com o objetivo de fomentar a incubação da Uatapí, a Associação de Condutores Locais:

O curso propõe a formação continuada prioritariamente de condutores locais - culturais e ambientais, organizados em empreendimentos coletivos, dando ênfase aos temas: empreendedorismo, marketing, relacionamento interpessoal, gerenciamento de negócios, estrutura e legislação possibilidades e limites de associações e cooperativas e captação de projetos. Dessa forma, poderá auxiliar o IFSC no cumprimento de seus objetivos e finalidades no que diz respeito aos arranjos produtivos locais, colaborando para o desenvolvimento socioeconômico e cultural, e estimulando o empreendedorismo com responsabilidade socioambiental (RAIMUNDO, 2013, p. 3).

De acordo com Lisboa (2014), o diferencial da Economia Solidária está no fato de que a solidariedade é central e dá forma aos empreendimentos. Para o autor, a denominação socioeconomia solidária é mais adequada, já que, neste sentido, a economia não

## **UATAPÍ - ANDAR A PÉ**

[ SAIBA MAIS ]

A Uatapí é uma associação de condutores locais ambientais e culturais. Uatapí é um termo guarani que significa andar a pé e caracteriza o trabalho dos condutores locais, uma vez que ele se desenvolve durante caminhadas em sítios históricos ou trilhas ecológicas. A proposta é ainda a de contribuir para uma cidade melhor, antes para moradores que para turistas, incluindo todos os que fizeram e fazem a sua história, como os guarani, por exemplo. Os condutores locais buscam a prática do turismo de base comunitária, cujos objetivos têm estreita relação com a Economia Solidária. (RIBAS; HICKENBICK, 2013, p. 7).

é o fim, mas um instrumento para o sustento da vida e da melhoria da condição humana.

Entretanto, guiar-se pela ideia da coletividade e da solidariedade é caminhar na contramão do individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Por esse motivo, conforme afirmamos anteriormente, uma das dimensões mais importantes dos EES é a formação. É comum que as pessoas se associem aos Empreendimentos de Economia Solidária levadas pelas suas necessidades mais imediatas, de sobrevivência mesmo, sem que tenham alguma experiência associativa. A formação é uma das características comuns a esses empreendimentos, porque é condição *sine qua non* para que se tenha êxito.

Integrante do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis há aproximadamente cinco anos, Mirian Abe Alexandre nos relata a sua participação nos processos de formação no movimento de Economia Solidária:

Meu nome é Mirian Abe Alexandre. Participo do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis desde 2007 e atuo como formadora de Economia Solidária no projeto Ponto de Cultura Engenhos de Farinha – CEPAGRO. Irei relatar algumas das minhas percepções sobre a vivência nesses espaços de formação.

O processo de formação em Economia Solidária possui a concepção de uma educação pelo diálogo e para o diálogo, onde educadores também aprendem e os que aprendem também ensinam. Todos sabem algo que pode trocar com outros e o aprendizado é o resultado desse enriquecimento coletivo.

O educador nesse processo de formação deve estar atento na busca de uma dinâmica na qual os participantes possam aprender uns com os outros. É fundamental colocar os educandos, suas necessidades e preocupações no centro do processo. Observar onde vivem, como se organizam para sobreviver e como cuidam dos recursos que tem a disposição, com o foco para onde as relações econômicas acontecem.

É necessário estimular a autonomia possibilitando o movimento da teoria para a prática e vice-versa. Cabe ressaltar ainda o cuidado com o aspecto emocional, para que ele contribua de forma positiva com o processo de aprendizagem.

Encontramos nos espaços de formação uma pergunta recorrente:

**– Mas afinal, o que é Economia Solidária?**

Para responder a essa pergunta os grupos se apropriam e discutem sobre três aspectos relativos a Economia Solidária:

- **Economicamente**, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão, ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.
- **Culturalmente**, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada.
- **Politicamente**, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

A Economia Solidária se faz no processo de produção e reprodução da vida e cumpre um papel preponderante de mediação e contribuição para as transformações sociais.

Nas atividades de formação que tenho organizado procuro incentivar reflexões não somente sobre organização do processo econômico, mas, sobretudo em descobrir como as pessoas realmente estão organizadas. As formações estão focadas na compreensão de como se dá a relação dos educandos com o trabalho e com a sociedade e como se enxergam nesse processo.

O movimento de Economia Solidária possui uma rede social na internet da economia solidária no Brasil. O cirandas.net foi desenvolvido pelo FBES com o objetivo de oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem atua na Economia Solidária.

O cirandas.net facilita os fluxos de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária. É um espaço de divulgação da Economia Solidária e da busca de seus produtos e serviços pelos consumidores e ainda permite a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos.

Todos que fazem parte de um empreendimento ou alguma iniciativa de Economia Solidária podem fazer parte do cirandas.net (Depoimento cedido aos autores, em março de 2014).

A seguir trataremos justamente sobre formação e, embora o foco seja a Economia Solidária na EJA, a unidade mostrando como o tema está presente em todos os níveis de ensino, da Educação Básica à Superior, para que os princípios solidários surjam mais como possibilidade e menos como utopia.

## A práxis pedagógica a partir do ensino da Economia Solidária

A Educação Básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é composta pelas etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dimensão fundamental da sociedade democrática, ela deve garantir o que os brasileiros consideram imprescindível para “o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos da educação e para o desenvolvimento pessoal, referido à sua interação com a sociedade e sua plena inserção nela” (BRASIL, 2014, p. 9). A EJA integra a Educação Básica justamente porque o acesso à educação não existe para todos tampouco as condições de permanência e de êxito.

As condições sociais que fundamentam a existência da EJA apontam para a necessidade de uma prática educativa que pense a transformação das atuais condições de vida de grande parte da população brasileira, na qual se insere o público dessa modalidade de ensino. O ensino da Economia Solidária pode ser uma possibilidade para a concretização desta prática, que deve ser pensada como práxis, ou seja, como interpretação do mundo para a sua transformação.

Em julho de 2012, o MTE, por meio da SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária publicou a recomendação nº8, que trata das Diretrizes Políticas Metodológicas para a Educação em Economia Solidária para serem desenvolvidas no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal.

A recomendação preconiza o ensino de Economia Solidária em todos os níveis de ensino, do Fundamental ao Superior e, especialmente, na EJA como tema transversal, assim como a formação dos profissionais da educação, para que o ensino possa realmente acontecer. Nesse sentido, a proposta desta disciplina, integrada ao Curso de Especialização em PROEJA, busca concretizar essa recomendação.

Os motivos pelos quais o documento destaca o ensino do tema na EJA estão diretamente relacionados ao perfil deste público, acima mencionadas. Com outras palavras, o que impulsiona a ideia do ensino de Economia Solidária na Educação Básica é a busca pela emancipação do ser humano e pela superação da sociedade da exploração, pressupostos esses que também motivaram o Socialismo Utópico, conforme apresentamos no primeiro capítulo. Neste sentido, muitos dos que pensaram sobre a emancipação do ser humano, ajustaram o foco das suas reflexões para a educação: Montaigne no século XVI, Comenius no século XVII, Rousseau no século XVIII, os pedagogos soviéticos, no século XX e no contexto da constituição da URSS. E mais ou menos no mesmo momento histórico, no século XX, Frenet na França, e Paulo Freire no Brasil (NOVAES, 2014).

Para Novaes (2014), apesar dos diferentes contextos em que pensaram e produziram esses e outros autores, há pontos similares em todas as obras, que podem ser consideradas uma plataforma para a construção de uma pedagogia emancipatória, tais como: a estreita relação entre trabalho, educação e vida; a importância da autoorganização e do trabalho coletivo; a necessidade da construção de métodos pedagógicos libertários; a práxis pedagógica; a necessidade de educação para a luta.

Como vimos anteriormente, a história recente da Economia Solidária data dos anos 1980 do século XX. E não por acaso, uma vez que nesse momento, final do regime militar, eclodem muitos debates sobre a necessidade de transformações no país que pudessem levar à superação das desigualdades sociais. No contexto da educação, “firma-se a presença da ‘pedagogia libertadora’ e a ‘pedagogia crítico-social dos conteúdos’, assumidas por educadores de orientação marxista.” (BRASIL, 2014, p. 31). Para esses educadores, a educação deveria priorizar a discussão sobre temas sociais, políticos e ações sobre a realidade social. Essa pedagogia considera fundamental o aprendizado do saber elaborado e historicamente acumulado, mas esse aprendizado deve ser pensado no sentido da transformação social.



## Pedagogia **libertadora**

A 'pedagogia libertadora' tem suas origens nos movimentos de educação popular que ocorreram no final dos anos 50 e início dos anos 60, quando foram interrompidos pelo golpe militar de 1964; teve seu desenvolvimento retomado no final dos anos 70 e início dos 80. Nessa proposta, a atividade escolar pauta-se em discussões de temas sociais e políticos e em ações sobre a realidade social imediata; analisam-se os problemas, seus fatores determinantes e organiza-se uma forma de atuação para que se possa transformar a realidade social e política. O professor é um coordenador de atividades que organiza e atua conjuntamente com os alunos. A pedagogia crítico-social dos conteúdos se apresenta como uma reação de alguns educadores que não aceitam a pouca relevância que a 'pedagogia libertadora' dá ao aprendizado do chamado 'saber elaborado', historicamente acumulado, que constitui parte do acervo cultural da humanidade. A pedagogia crítico-social dos conteúdos assegura a função social e política da escola mediante o trabalho com conhecimentos sistematizados, a fim de colocar as classes populares em condições de uma efetiva participação nas lutas sociais (BRASIL, 2014, p. 32).

Assim, percebe-se a estreita relação entre a proposta do ensino de Economia Solidária e as concepções pedagógicas citadas anteriormente. Não poderia ser outro o sentido da dimensão educacional na Economia Solidária, senão o da busca pela transformação social, conforme podemos depreender do depoimento da formadora Mirian Abe Alexandre, apresentado no segundo capítulo, no qual a formadora explicita a importância do diálogo em torno das relações econômicas e sociais vividas pelos integrantes dos EES como mediação para a construção de outras relações sociais.

A formadora refere-se ao diálogo, à centralidade do aluno no processo educacional, à busca pelo desenvolvimento da autonomia. Esses são objetivos da educação em geral, que na EJA merecem destaque:

Um currículo enquanto fruto da práxis pedagógica se faz na interação dos sujeitos atores desta prática resultado dos interesses e das experiências ansiadas por todos os que participam da práxis pedagógica. Ele se faz na constante ação e reflexão do planejar, agir e avaliar. [...]

O currículo deve provocar os educandos a não apenas se inserirem neste mundo produtivo posto, uma vez que muitos já fazem parte dele, interrogando as forças, os poderes e as relações ali estabelecidas. [...] É a partir da dialogicidade entre os sujeitos interagentes da práxis pedagógica que construímos um currículo que possibilite a emancipação dos sujeitos conscientes (FURTADO, 2014, p. 7).

No que se refere especificamente à EJA, é preciso considerar que os EES são hoje um fato entre as populações de baixa renda, entre os quais se insere esse público. Esse é mais um motivo para que o ensino da Economia Solidária seja oferecido nessa modalidade. Isso contribui para que o ensino não esteja desvinculado da realidade dos alunos, o que é uma constante nas práticas escolares, conforme afirma Kruppa (2005):

Uma das explicações para o freio conservador da escola está em seu isolamento da realidade. Envolta pela rotina e fechada em muros, a escola não tem sensibilidade para o movimento da vida, distante dos problemas e das alternativas que a população cria para sobreviver (KRUPPA, 2005, p. 104).

Essa situação precisa ser superada e a educação para a Economia Solidária, especialmente no Proeja, pode ser uma possibilidade para a superação do isolamento a que se refere a autora.

## Experiências com o ensino de Economia Solidária

No IFSC, têm sido desenvolvidas experiências que abordam direta ou indiretamente o tema Economia Solidária. Apresentaremos a inserção do tema na Feira de Economia Solidária **Toma-lá-dá-cá**, na Oficina de Integração do PROEJA -Técnico em Panificação e Confeitaria e nas aulas dos cursos técnicos do Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer.

### Economia Solidária no Ensino Médio regular e no Ensino Médio para Jovens e Adultos

Entre 2005 e 2006, no câmpus Florianópolis, na época Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), era realizada mensalmente, com os alunos do então Ensino Médio e do Ensino Médio para Jovens e Adultos (EMJA), a Feira de Economia Solidária, que passou a denominar-se **Toma-lá-dá-cá** a partir de um concurso. O nome foi sugerido por um aluno da EJA que justificou a ideia com reflexões sobre o valor de uso dos bens que predominavam

nas relações durante a feira, sem a mediação de moeda. Suscitava muitas reflexões o fato de que, mesmo tendo dinheiro, um aluno ou professor não conseguisse obter nada na feira, se não tivesse um bem para trocar, conforme podemos ver no depoimento abaixo:

Não conseguir nada, num mundo dominado pelo dinheiro, é engraçado, mesmo que seja num trabalho de escola, é muito diferente. Eu acho que aquela troca de um vidro de bolachas por um livro, bem mais caro, mostra outras formas de relação com os bens de entre as pessoas. E o valor das bolachas estava no feito, porque foi feito por quem estava trocando e não pelo valor de mercado. Ninguém quis ter lucro (HICKENBICK, 2006).

O tema era discutido principalmente nas aulas de História e Sociologia com os alunos do Ensino Médio regular e da Educação de Adultos, relacionado ao estudo das sociedades ameríndias pré-colombianas, dos modos de produção, entre outros. O depoimento acima é uma composição feita a partir de trechos extraídos de uma avaliação de História, realizada com alunos do Ensino Médio, na qual os alunos relacionavam a experiência didática da feira ao trecho do texto de Lisboa (2014):

[...] é importante lembrar que uma empresa tipicamente capitalista busca apenas o máximo lucro por meio da organização racional do capital e do trabalho [...] há uma e apenas uma responsabilidade social para o capital, seu aumento por meio da acumulação de lucros, sem compromissos com o lugar onde está contingentemente. O lucro se torna um fim em si mesmo, desprovido de qualquer caráter eudemonista ou hedonista, o que transcenderia o bom senso comercial. [...] Mais do que ser uma 'alternativa econômica', uma busca de novas maneiras de produzir e acumular, a socioeconomia solidária está construindo uma nova experiência de ser não utilitarista [...] (LISBOA, 2014, p. 110-11).

O principal objetivo da feira **Toma-Lá-Dá-Cá** era por em discussão os valores da sociedade capitalista. A feira foi reeditada algumas vezes, em outro contexto, no câmpus Florianópolis-Continente, a partir de 2010, durante a realização da Semana do Meio Ambiente, promovida pela Comissão de Gestão Socioambiental, e em aulas das turmas de PROEJA, como a Oficina de Integração do Curso Proeja Técnico em Panificação e Confeitaria, na qual foi também realizada a experiência que passamos a apresentar.

## Economia Solidária no PROEJA

No primeiro semestre de 2013, durante a Oficina de Integração do Curso Técnico PROEJA em Panificação e Confeitaria, cujo eixo

temático era ciência e tecnologia na alimentação, foi desenvolvido um trabalho que permite prognosticar a viabilidade da inserção dos temas Economia Solidária e Arranjos Produtivos Locais (APL) no PROEJA. A oficina foi ministrada pelas professoras de Panificação e de Biologia e incluiu um trabalho de campo em um APL de Gastronomia. O depoimento abaixo é de uma das professoras ministrantes:

A oficina foi planejada e conduzida por duas docentes, uma da área técnica (panificação e confeitaria) e vinculada ao serviço federal, e a segunda, uma bióloga, vinculada à educação estadual. Os conhecimentos que permearam a Unidade Curricular foram: ciência e tecnologia na alimentação, produção sustentável de alimentos, cadeia produtiva de alimentos, alimentos transgênicos e orgânicos, ecologia, embalagens, elaboração e solicitação via requisição de produtos de panificação e confeitaria (legislação, técnica, serviço).

As habilidades que orientaram o Plano de Ensino foram: identificar e aplicar na produção de alimentos, práticas que minimizam os impactos sobre o meio ambiente e o desperdício de matérias-primas; aplicar corretamente os princípios de higiene pessoal, ambiental, de equipamentos, de utensílios e de alimentos na elaboração de produtos da área de panificação e confeitaria; identificar, selecionar, higienizar e proporcionar matérias primas de panificação e confeitaria; identificar, manusear e higienizar os utensílios e equipamentos do setor de forma segura, responsável, sustentável e otimizada; executar as técnicas de produção; elaborar requisições para produtos de panificação e confeitaria; definir embalagem; identificar os diferentes tipos de embalagens e a utilidade de cada uma de acordo com a especificidade do alimento; seguir a legislação específica sobre embalagem de alimentos.

De forma a atingir os conhecimentos e desenvolver as habilidades propostas, as docentes construíram e efetivaram um plano de ensino integrando a Panificação/Confeitaria com a Biologia, de forma a construir com os alunos os saberes necessários à reflexão da prática profissional e ao exercício de atitudes como: demonstração de responsabilidade ambiental, envolvimento na solução de problemas, trabalho em equipe, respeito às diferenças.

É relevante salientar os pontos positivos: as aulas foram compartilhadas simultaneamente por ambas as docentes e construídas semana a semana a partir da convivência com os alunos, além de que foram utilizados diferentes recursos didáticos, uma forma de diversificar o aprendizado solidificando os conhecimentos com dinamicidade e novidade. Dentre os recursos didáticos utilizados destacam-se: leitura de textos de Sociologia, Biologia, Alimentos, Educação Ambiental, revistas e jornais; confecção de trabalhos escritos

e cartazes em sala; preenchimento de fichas técnicas; resposta a questionários; visualização de vídeos; elaboração de alimentos sustentáveis; visita à composteira do campus Florianópolis-Continente; visita à comunidade de Santa Rosa de Lima que produz orgânicos.

Ao final da Oficina, os alunos produziram alimentos de panificação e confeitaria sustentáveis, defenderam perante banca esta produção, e apresentaram para alunos e professores convidados o que conheceram na comunidade produtora de orgânicos. Uma experiência construída pessoalmente, com objetivo de formar um egresso consciente e crítico com relação à prática profissional.

(Patrícia Mattos Scheurer, professora de Panificação, em depoimento cedido aos autores em março de 2014).

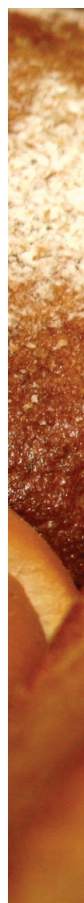
A experiência, que não teve como tema central o ensino de APL e Ecosol, aproximou-se bastante dos temas e seria potencialmente possível um maior aprofundamento, caso esse objetivo estivesse presente.

A comunidade produtora de orgânicos visitada pela turma constitui uma cadeia produtiva com vínculos de articulação, cooperação e aprendizagem, e pode ser caracterizada como um Arranjo Produtivo Local, conforme veremos na próxima unidade deste livro.

Entre os conhecimentos desenvolvidos na oficina diretamente relacionados à Economia Solidária pelo seu caráter de responsabilidade socioambiental, destacamos **produção sustentável de alimentos, alimentos transgênicos e orgânicos e ecologia.**

Sobre a experiência pode-se dizer, ainda, que sua relevância ultrapassa o trabalho desenvolvido junto com os alunos. Fruto de uma parceria entre duas instituições, o trabalho concretizou um dos objetivos da política pública preconizada pelo Documento Base do PROEJA, situada no plano estratégico, que é a interação da rede federal com os sistemas de ensino estaduais e municipais. (BRASIL, 2007, p. 25).

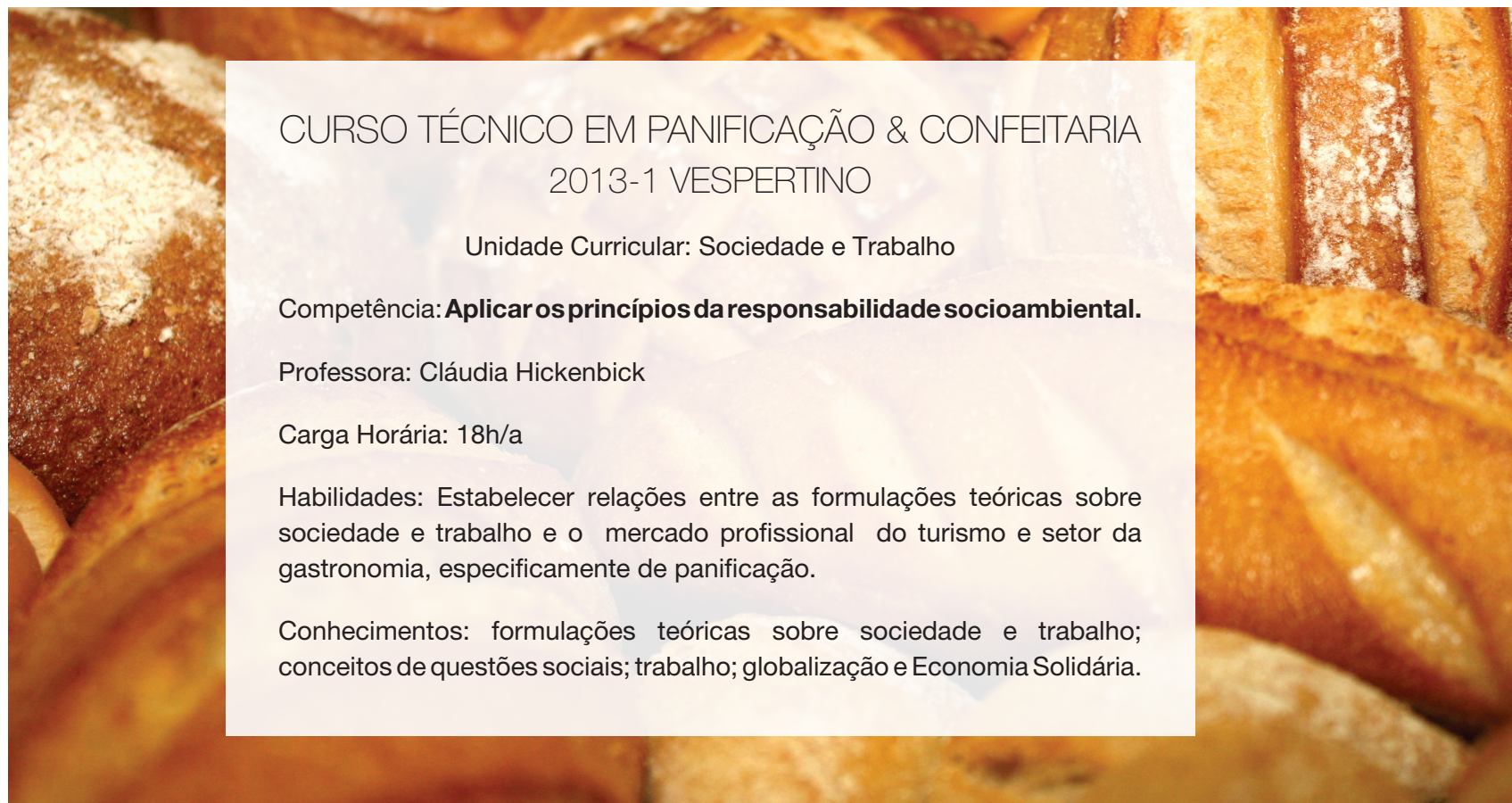
Além disso, o trabalho faz com que o currículo seja de fato integrado, no sentido que lhe confere Ciavatta (2005), como integração do Ensino Médio com o Ensino Técnico, com a educação geral tornando-se parte inseparável da Educação Profissional. (SILVA, A, 2014).



## Economia Solidária nos cursos técnicos

No câmpus Florianópolis-Continente, cujo eixo tecnológico é Turismo, Hospitalidade e Lazer, os currículos dos cursos técnicos possuem uma unidade curricular denominada **Sociedade e Trabalho**, ministrada pelos professores de Ciências Humanas, na qual a Economia Solidária é um dos conhecimentos ministrados. Apresentamos a seguir o plano de ensino resumido da unidade do curso técnico de Panificação e Confeitaria:

[ Ainda no contexto das Oficinas de Integração do PROEJA, há uma experiência com o ensino de Economia Solidária e APL, desenvolvida no primeiro semestre de 2014, que poderá ser conhecida no ambiente *moodle* deste curso de especialização. ]



**CURSO TÉCNICO EM PANIFICAÇÃO & CONFEITARIA**  
2013-1 VESPERTINO

Unidade Curricular: Sociedade e Trabalho

Competência: **Aplicar os princípios da responsabilidade socioambiental.**

Professora: Cláudia Hickenbick

Carga Horária: 18h/a

Habilidades: Estabelecer relações entre as formulações teóricas sobre sociedade e trabalho e o mercado profissional do turismo e setor da gastronomia, especificamente de panificação.

Conhecimentos: formulações teóricas sobre sociedade e trabalho; conceitos de questões sociais; trabalho; globalização e Economia Solidária.

Apresentamos abaixo depoimentos dos alunos do curso, quando realizaram a avaliação da Unidade Curricular e especificamente do tema Economia Solidária:

Quando iniciei no curso não tinha ideia do conteúdo programático e tendo vindo de trabalho literalmente capitalista, na vida profissional de bancária, fiquei meio perdida, não tinha entendido a proposta. Hoje estou muito feliz de ter tido a oportunidade de pensar nos assuntos abordados. Me fez pensar e isso é muito bom. Acho que vivemos atropelados pelo nosso mundo particular e não nos deixamos pensar em outras formas e outros meios. Foi o que aconteceu (HICKENBICK, 2011).

O conteúdo faz um contraponto com a Unidade Curricular de Relações Interpessoais onde a relação trabalhador\empresa é vista a partir do prisma idealizado e ideológico dos meios de produção. Considero a Unidade bem pertinente. (HICKENBICK 2012).

Relembramos as Diretrizes Políticas e Metodológicas para a Educação em Economia Solidária, citadas no início deste capítulo, segundo as quais o tema deveria ser ensinado em todos os níveis de ensino, porque a prática da Economia Solidária exige a reeducação das pessoas. Para Singer (2005), essa reeducação precisa ser coletiva, uma vez que, do contrário, serão apenas poucos a adotarem o comportamento cooperativo, numa sociedade onde predomina a competição. Para o autor (Singer, 2005, p.17), o desafio pedagógico é a criação de situações em que a reciprocidade possa surgir, uma vez que, parte da ideia de que “[...] todos têm inclinação por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o indivíduo nasce, cresce e vive.”

Nesta primeira unidade, apresentamos os EES como empreendimentos econômicos, situados no mercado, mas que possuem um caráter anticapitalista e estão inseridos no Movimento da Economia Solidária ou Socioeconomia Solidária, como preferem alguns autores. O contraste com a economia capitalista está no caráter revolucionário das experiências da Economia Solidária, pois, pautadas na mudança do atual estilo de vida produtivista e consumista, têm o desafio de construir novos valores articulando geração de renda e responsabilidade socioambiental.

Procuramos ainda afirmar o papel fundamental da formação na construção da Economia Solidária e nesse sentido, a importância da sua inserção na educação formal, em todos os níveis, especialmente na Educação Profissional, na EJA e no PROEJA.

Apresentamos ainda a configuração da Economia Solidária em âmbito nacional e estadual, para mostrar que, o tema não se limita a discutir ideias de um mundo mais justo, mas que está se realizando, na vida de muitos brasileiros e catarinenses, ainda que para muitos dentre estes, por enquanto, essa realização esteja se dando ainda, mais no nível do debate, que como alternativa de trabalho, renda e consumo.

# Arranjos Produtivos Locais

Esta unidade tem como objetivo conceituar Arranjo Produtivo Local, por ser esta a denominação mais difundida no Brasil para o fenômeno da aglomeração territorial de agentes econômicos políticos e sociais com foco em um conjunto específico da atividade econômica. A primeira parte apresenta considerações sobre a relação do tema com a educação, a segunda descreve o contexto histórico de surgimento desse tipo de organização da atividade econômica e traz o conceito de Arranjo Produtivo Local; as duas últimas partes mostram a configuração dos Arranjos Produtivos Locais no Brasil e em Santa Catarina, bem como mencionam as instituições que vêm desenvolvendo ações para o seu fomento.



# Arranjos Produtivos **Locais**

## Arranjos Produtivos Locais e educação

O simples acesso à escola, mesmo que seja a condição mínima e necessária para a redução das desigualdades sociais, não é suficiente para retirar do esquecimento social pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. É preciso que esse acesso se torne permanente e mais que isso que esta permanência signifique possibilidade de emancipação.

Ao menos como plataforma ou projeto, o próprio governo apresenta esta perspectiva, como se pode depreender da leitura do Documento Base do PROEJA e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, por exemplo. O Documento Base do PROEJA Ensino Fundamental traz, nas suas considerações sobre o quadro atual (no caso, em 2007), o *apartheid* social do qual a escola é consequência e ao mesmo tempo causa:

O que se aspira é uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Enfim, uma formação plena. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral (BRASIL, 2007, p. 7).

A educação deve evidenciar a sua relação com o trabalho, especialmente a educação que se faz para os jovens e os adultos que não frequentaram a escola no denominado tempo regular.

É a categoria trabalho, compreendido como práxis constituidora do ser humano, que permite a existência social, mas é errado pensar que a existência social se limita ao trabalho. Ao contrário, sendo o trabalho uma categoria social, ele somente pode existir enquanto parte da totalidade social. Nesse sentido, o trabalho é constituinte e constituído pelas relações entre os homens (ORGANISTA, 2006).

Claro está que relacionar educação e trabalho não significa considerar apenas as demandas do mercado, mas buscar a sua dimensão educativa do trabalho e fazer da escola uma instituição integrante e atuante nas dinâmicas sociais. Os saberes escolares devem estar articulados com as especificidades locais. Essa proposição articula-se às concepções e princípios que se encontram no Documento Base do PROEJA, para o qual os alicerces da EJA estão em três campos, a saber:

- A formação para atuação no mundo do trabalho.
- O modo próprio de fazer educação, considerando as especificidades dos sujeitos jovens e adultos.
- A formação para o exercício da cidadania. Isto é, dito com outras palavras, a formação integral.

Nesse sentido, compreendemos que o ensino dos Arranjos Produtivos Locais na Educação Básica pode ser um caminho para que os alunos compreendam a organização produtiva local, o contexto social e econômico no qual estão inseridos e possam discutir as relações econômicas e sociais no modo de produção capitalista. Isso é importante na medida em que as mudanças econômicas ocorridas com o processo mais intenso da globalização influenciaram diretamente o trabalhador e sua formação.

A aceleração do processo de globalização, principalmente na última década do século XX, vem fazendo com que ocorram mudanças significativas no modo de produção. O trabalhador está constantemente sendo chamado a operacionalizar as novas tecnologias que darão suporte ao processo de globalização e ao novo modo de produção pautada pelo meio técnico-científico informacional. Esse processo delega para a educação o papel de construir competências e habilidades necessárias para o trabalhador

ser absorvido pelo mercado conforme as especificidades que exige. (SANTOS, 2008).

Se no modo de produção fordista o perfil do trabalhador exigido pelo sistema produtivo diz respeito a um trabalhador especializado, geralmente semiqualficado e voltado para a execução de tarefas simples, parceladas e repetitivas, com o surgimento e desenvolvimento do sistema de acumulação flexível ocorreram mudanças na estrutura produtiva. Passou-se a exigir um trabalhador que tenha conhecimentos mais abrangentes e diversificados, uma postura mais coletiva e dinâmica. O novo modelo de produção exige novas atitudes e habilidades no processo produtivo. Por isso, a produção flexível requer um perfil diversificado de trabalhador, criando assim, novas demandas de formação educacional e qualificação profissional. (FILHO; VASCONCELOS, 2008).

Com essa nova configuração econômica, surgiu a denominada sociedade do conhecimento. Esse é um tema que pode ser abordado acriticamente numa instituição – a escola - cuja matéria de trabalho é justamente o conhecimento.

Entretanto, de acordo com alguns autores (Novaes, 2014; Duarte, 2014), a sociedade do conhecimento, mantém a precariedade do trabalho, a existência da exploração e da exclusão, com uma nova roupagem:

[...] são poucos os trabalhadores que podem usar suas faculdades intelectuais e se inserem num padrão estável, com carteira assinada, direitos trabalhistas, direito à aposentadoria, direito a uma alimentação saudável, transporte e habitações dignas. [...] em função do desenvolvimento desigual e combinado, vastas regiões do globo terrestre são simplesmente jogadas no lixo da história, tendo seus trabalhadores como inempregáveis. Para outros, resta o subemprego taylorista, com pouco ou nenhum direito trabalhista. Neste cenário temos o máximo retorno da acumulação primitiva, do trabalho escravo, a máxima mercantilização da vida e a coexistência de setores toyotistas com inúmeros setores tayloristas. Para nós, o capital jamais poderá extinguir as formas precárias de trabalho, e isso deve sempre ser lembrado para contrariar as teorias dos adeptos da 'sociedade do conhecimento' (NOVAES, 2014, p. 136).

Nesse sentido, para Duarte (2014, p. 5), a denominada sociedade do conhecimento requer que os educadores conheçam quais são as competências exigidas pela realidade social, não para superá-la, mas para formar indivíduos criativos “em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista.”

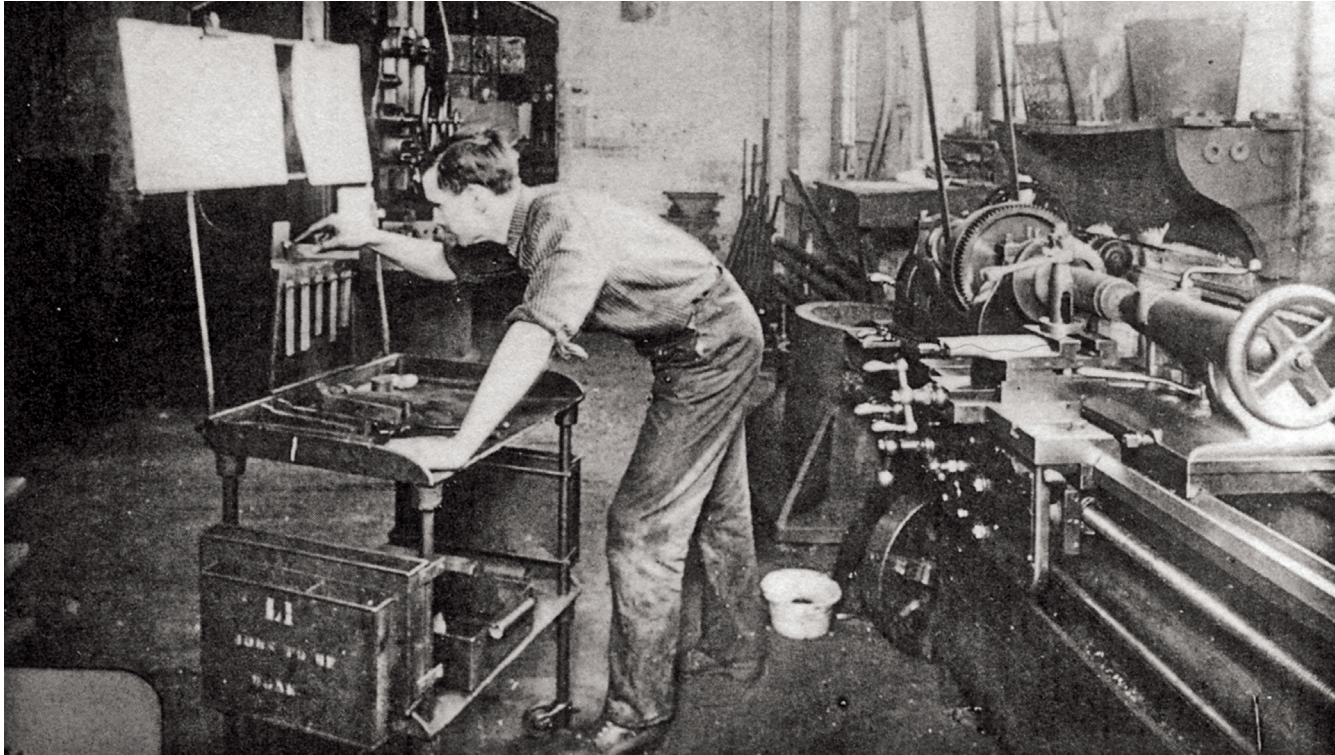


Compreendemos que a escola não pode deixar de fazer esse debate, principalmente nas salas de aula de jovens e adultos que são, em sua maioria, produto deste modelo de sociedade.

A inserção do tema Arranjos Produtivos Locais (APL) no currículo da EJA e, principalmente, do PROEJA, significa assumir a importância de disponibilizar o conhecimento sobre essa nova forma de organização das atividades econômicas. Entretanto, esse conhecimento não deve ser ministrado acriticamente. É importante que ele esteja vinculado ao tema Economia Solidária para dar conta de fazer o contraponto necessário para que de fato a educação possa ser emancipatória.

## Contexto histórico e conceito de Arranjo Produtivo Local

O conceito de APL só pode ser compreendido no contexto das modificações que ocorreram no modo de produção capitalista, sobretudo, no final do século XX. Foi nesse período que o modo de produção capitalista passou de um modelo fordista/taylorista, baseado na produção em massa, para um regime de especialização ou acumulação flexível. (LASTRES; ARROIO; LEMOS, 2003).



O fordismo e o taylorismo foram muito aplicados desde o início do século XX até aproximadamente a década de 1970. O fordismo foi o modelo de desenvolvimento dominante no pós-guerra e possui características que o distinguem de outros modelos de desenvolvimento, como a separação entre o trabalho intelectual e o manual, a produção de bens de consumo *estandarizados*, a desaceleração do consumo, a queda da relação produção/capital, entre outros. O taylorismo é um modelo de produção que se caracteriza por técnicas de administração voltadas à otimização da produção e da mão de obra. (BOYER, 1994; LEBORGNE, LIPIETZ, 1994).

Para Harvey (1992), a reestruturação do mundo do trabalho se concretiza na flexibilização dos processos, mercados, produtos, padrões de consumo e, sobretudo, na intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional. Significa a adoção de contratos de trabalho mais flexíveis, do trabalho em tempo parcial, do emprego temporário, significa ainda, facilidade para empregar uma força de trabalho e dispensá-la sem custos.

O processo de globalização financeira e sua aceleração a partir da década de 1990 foi acompanhado por uma intensa reestruturação dos espaços econômicos, sendo observado o advento de novos territórios e a decadência ou a modificação de territórios já

consolidados. Nessa perspectiva, a concepção de desenvolvimento passou a ser pautada na valorização dos aspectos endógenos dos territórios, surgindo assim a abordagem de APL, voltada para incentivar a concentração geográfica de empresas especializadas. A escala regional passou a ser levada em consideração como uma saída para as adversidades causadas pelo processo de flexibilização do modo de produção. (FAGUNDES, 2010).

A representação da estrutura do espaço econômico e social é complexa, necessitando de conceitos de organização espacial, que não mais se apoiam na indústria motriz. Uma indústria motriz é a que possui efeitos de produção em torno de si, que ao se instalar em um local cria necessidades em torno de seu processo de fabricação, dinamizando a economia através da atração de novas indústrias ligadas ao seu processo e desenvolvendo ou trazendo novas atividades ligadas ao atendimento das novas indústrias e dos novos consumidores. (PERROUX, 1977).

Assim, os APL são um produto das transformações econômicas e da organização produtiva que ocorreram e que vem ocorrendo na economia mundial, principalmente nos últimos 50 anos. Trata-se de uma alternativa ao novo estado de desenvolvimento do capital, que fez adeptos nos mais distintos grupos que buscam maneiras de superar o modelo de desenvolvimento fordista. (BENKO, 1999; PIRES, 2006; SILVEIRA, 2006).

Os APL podem ser definidos como:

Aglomeraciones espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependências. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação. Envolvem, também, diversas instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. A participação e a interação das empresas podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes entre outros (PIRES, 2006, p. 62 e 65).

Segundo Fagundes (2010), os APL podem exercer uma influência considerável para atingir patamares satisfatórios de desenvolvimento social e econômico, pois resultam das relações entre os agentes produtivos, as instituições e a sociedade civil, que criam vantagens capazes de gerar renda para a população inserida no território.

## Arranjos Produtivos Locais na escala nacional

A partir de 1990, os Arranjos Produtivos Locais destacaram-se no Brasil “como uma nova instância de organização e institucionalização do planejamento e do desenvolvimento territorial.” (PIRES, 2006, p. 60).

A partir dessa constatação, destaca-se a importância das *macrodecisões* enquanto objeto de vontade política na transformação das estruturas regionais.

O Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), através de portaria interministerial procuraram articular ações governamentais para a integração de políticas para os APLs. (FURTADO, 1994).

A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) foi o grupo de pesquisa responsável por difundir o conceito de Arranjo Produtivo Local no Brasil, assim como o trabalho intitulado **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional** (COSTA, 2010). O autor realizou o levantamento considerado um dos mais completos existentes no país, a partir de informações secundárias obtidas em diversas instituições, tais como o Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Caixa Econômica Federal (CEF), Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o próprio MDIC.

### **A REDE DE PESQUISAS EM SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS (REDESIST)**

[ LEITURA COMPLEMENTAR ]

A REDESIST é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que conta com a participação de universidades e institutos de pesquisa no Brasil, além de manter parcerias com outras instituições da América Latina, Europa e Ásia. Surgiu como proposta de estudo e intervenção nas estruturas produtivas para a produção de melhores soluções nas intervenções locais com foco nos APL (UFRJ, 2014).

A partir do trabalho de Costa (2010), foram identificados 958 APLs no Brasil. Desses, 567 estão no setor primário (59% do total), 244 no setor secundário (36% do total) e 47 no setor terciário (5% do total). Assim, as aglomerações produtivas brasileiras encontram-se fundamentalmente concentradas no setor primário. A exceção fica por conta da região Sul, cuja concentração está no setor secundário, conforme veremos adiante.

Os APLs identificados no território brasileiro apresentam-se frágeis no que concerne aos processos de globalização, uma vez que do total de 958 apenas 57, ou seja, 5,94% são caracterizados como

arranjos produtivos de média-alta tecnologia e de alta intensidade tecnológica. (COSTA, 2010).

Em termos macrorregionais, do total de APLs identificados no Brasil (958), 428 (45%) estão na região Nordeste, 200 estão na região Sudeste (21%) e 196 estão na região Norte (20%). Na região Sul, foram identificados 83 APLs (9%), sendo que 66% caracterizam-se como empreendimentos do setor secundário; por fim a região Centro-oeste conta com 51 APLs, apenas 5% do total.

O IPEA apresenta números um pouco diferentes quanto às aglomerações industriais identificadas nas regiões do Brasil, como veremos na Tabela 1:

Tabela 1 - Estatísticas dos APLs conforme macrorregiões brasileiras.

<b>Estatísticas dos APLs conforme macrorregiões brasileiras</b>				
<b>Regiões</b>	<b>IPEA</b>		<b>MDIC</b>	
	<b>Número de APLs</b>	<b>Porcentagem de APLs</b>	<b>Número de APLs</b>	<b>Porcentagem de APLs</b>
Sudeste	211	28%	200	21%
Nordeste	201	26%	428	45%
Sul	177	23%	83	9%
Centro-oeste	98	13%	51	5%
Norte	75	10%	196	20%
<b>Total</b>	<b>762</b>	<b>100%</b>	<b>958</b>	<b>100%</b>

Fonte: IPEA e MDIC (2005)

Embora os números sejam diferentes, ambos os estudos demonstram a predominância do baixo conteúdo tecnológico dos APLs brasileiros, caracterizados pelo uso de maquinário agrícola pesado ou trabalho manual.

## Arranjos Produtivos Locais na escala estadual

Santa Catarina apresenta uma atividade produtiva caracterizada pela especialização regional, devido à estrutura espacial que foi formada, ao longo do tempo, a partir de duas condicionantes: o suporte físico do território e seu processo de colonização. (SIEBERT, 2011).



Em 1950, as atividades rurais respondiam por mais de 50% do valor da produção, enquanto que a indústria respondia por um percentual inferior a 20%. Nos anos de 1960 e 1970, a economia agrícola e de exploração de recursos naturais como, por exemplo, o carvão e madeira, foi substituída pela predominância de pequenas e médias empresas. O Estado mudou radicalmente o perfil econômico e demográfico, o que resultou no desenvolvimento industrial e reformulou o motor de crescimento da economia, fazendo com que reconfigurasse sua organização espacial, o que ocasionou, principalmente, uma abertura econômica que possibilitou o aumento dos meios produtivos. (DINIZ; CROCCO, 1996).

A reconfiguração espacial, resultado da reformulação econômica dos setores produtivos primários, industriais e de serviço, fez com que o Estado de Santa Catarina estruturasse uma cadeia produtiva heterogênea, com um crescimento diferenciado entre as microrregiões, que por sua vez, também possuem atividades heterogêneas.

Santa Catarina apresenta maior dispersão geográfica nas atividades inseridas no setor primário. Sobretudo, essas atividades encontram-se concentradas com maior ênfase entre as microrregiões que compreendem a região do Planalto até o Oeste. Já as atividades do setor secundário, primordialmente relacionado à indústria apresentam maior concentração na região Norte e Sul do Estado, com destaque para a produção agroindustrial que se localiza mais no Oeste do Estado. (PINHEIRO, 2010).

No Estado de Santa Catarina, a maioria da população vive em cidades na região litorânea. Essa concentração faz com que o setor de serviços esteja em maior número também na região litorânea. No que se refere à indústria, a economia catarinense se caracteriza pela concentração em diversos polos. (PINHEIRO, 2010).

Santa Catarina é um Estado atípico dentre os demais que compõem o território brasileiro, pois possui uma heterogeneidade produtiva que vai desde a agricultura familiar, pesca artesanal e industrial, turismo, agricultura, pecuária e indústrias até as mais variadas atividades econômicas.

---

“[...] uma das características marcantes da economia catarinense é a especialização regional, sendo que cada microrregião é especializada num determinado segmento da indústria, com uma forte inserção nacional e internacional, e, em muitos casos, líder na produção nacional.” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 378).

---

Para Siebert (2006), a especialização econômica de Santa Catarina pode ser dividida da seguinte forma: agroindústria no Oeste, fruticultura no Meio-Oeste, mobiliário no Planalto Norte, metalmecânico no Nordeste, têxtil no Vale do Itajaí, papel-madeira no Planalto Serrano e cerâmica no Sul.

Seis APLs destacam-se no Estado de Santa Catarina:

- agroindustrial no Oeste;
- cerâmico (minerais não metálicos) no Sul;
- têxtil no Vale do Itajaí;
- metalmecânico no Nordeste Catarinense;
- moveleiro no Planalto Norte
- papel e celulose no Planalto Serrano.

Podemos verificar a distribuição dos APLs na tabela apresentada a seguir:

Tabela 2 - Os principais APLs de Santa Catarina conforme os setores econômicos e atividades

<b>Os principais APLs de Santa Catarina conforme os setores econômicos e atividades</b>			
<b>Nome do APL</b>	<b>Setor econômico</b>	<b>Cidade polo</b>	<b>Nível tecnológico</b>
Artefatos de borracha	Primário	Joinville	Média tecnologia
Artefatos de madeira	Primário	Canoinhas, Joaçaba e Tubarão	Baixo conteúdo tecnológico
Madeira e móveis	Primário	Rio do Sul, São Bento do Sul e São Miguel D'Oeste	Baixo conteúdo tecnológico
Artefatos de luminárias e equipamentos de iluminação	Secundário	Blumenau	Média-alta tecnologia
Artefatos de madeira e móveis	Secundário	Xanxerê	Baixo conteúdo tecnológico
Artefatos de metal	Secundário	Curitibanos	Média-baixa tecnologia
Artefatos de plástico	Secundário	Joaçaba e Joinville	Média-baixa tecnologia
Artefatos de trefilados	Secundário	Joinville	Média-baixa tecnologia
Artefatos de vidros	Secundário	Blumenau	Média-baixa tecnologia
Artefatos têxteis e de confecções	Secundário	Chapecó	Baixo conteúdo tecnológico
Confecções	Secundário	Criciúma e Ituporanga	Baixo conteúdo tecnológico
Construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	Secundário	Itajaí	Média-baixa tecnologia
Couro e calçados	Secundário	Araranguá e Tijucas	Baixo conteúdo tecnológico
Embalagens de plástico	Secundário	Florinópolis e Tubarão	Média-baixa tecnologia
Esquadrias de metal	Secundário	Florianópolis, Itajaí, São Miguel D'Oeste e Xanxerê	Média-baixa tecnologia
Tecidos e confecções	Secundário	Itajaí, Blumenau, Joinville e Criciúma	Baixo conteúdo tecnológico
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos	Secundário	Joinville e Blumenau	Média-alta tecnologia
Máquinas e equipamentos para agricultura	Secundário	Chapecó, Xanxerê e Araranguá	Média-alta tecnologia
Móveis	Secundário	Chapecó, Florianópolis e Joinville	Baixo conteúdo tecnológico
Produtos cerâmicos	Secundário	Araranguá, Criciúma, Tijucas e Tubarão	Média-baixa tecnologia
<i>Software</i>	Terciário	Blumenau, Florianópolis e Joinville	Alta tecnologia
Artigos de perfumaria e cosméticos	Terciário	Florianópolis	Média-alta tecnologia

Fonte: IPEA e MDIC (2005)

Verifica-se que a especialização produtiva a partir dos APLs é dada pela distribuição dos gêneros de atividades, em que cada região tem sua especialidade por ramo produtivo.

O setor de fabricação de alimentos e bebidas, denominados de polo agroindustrial, apresenta certa tendência para concentração nas microrregiões de Chapecó, Xanxerê, Concórdia e São Miguel do Oeste.

Na microrregião de Canoinhas, destaca-se a presença de atividades de indústria de madeira, mobiliário e comércio varejistas classificados como polo madeireiro localizado no Planalto e Serra. Inclui-se também a microrregião de Lages que apresenta atividades associadas à indústria madeireira e de comércio varejista.

O comércio varejista, a administração pública, a construção civil, o ensino, a administração de imóveis, a área de valores mobiliários, os serviços técnicos e os serviços de utilidade pública apresentam-se distribuídos na microrregião de Florianópolis caracterizado como polo tecnológico.



A microrregião de Criciúma apresenta afinidade com atividades de extração mineral, indústria de extração mineral não metálico, indústria química e comércio varejista, caracterizado como o polo mineral (Sul). Além da caracterização dos setores com formação de APL, destacam-se as atividades relacionadas à indústria de plástico e descartáveis, à química, à metalmeccânica, à de confecção, à extração mineral e ao comércio.

E, por fim, o polo eletro-metalmeccânico (Norte) principalmente Joinville e o polo têxtil (Vale do Itajaí), Blumenau, Brusque e Ilhota.

No Estado de Santa Catarina, o que se verifica são divisões de atividades produtivas entre regiões, em que algumas atividades preponderantes adquirem características próprias, segundo o ambiente econômico. A caracterização das atividades produtivas é dada pela diferenciação do desempenho de cada região. Esses meios produtivos com características próprias denominam-se polos de atividades, mas tal concentração não impede que muitas cidades e regiões desenvolvam especialidades diferentes, fortalecendo outros segmentos. (PINHEIRO, 2010).

No que se refere às políticas de desenvolvimento da produção, algumas instituições do Governo Estadual apoiam os APLs, tais como, a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica do Estado (FAPESC) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). (CAMPOS, et al, 2010). Essas instituições atuam a partir de programas federais e estaduais. Outras agências de fomento podem ser citadas, como Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC); o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE).

O objetivo dessa unidade foi apresentar um conteúdo introdutório sobre o tema APL, em termos conceituais e da sua configuração no Brasil e em Santa Catarina, para que este conhecimento possa dar início à reflexão sobre o seu uso nas salas de aula da EJA e, de modo especial, no PROEJA.





## Considerações Finais

O trabalho é a atividade que torna possível a existência e a reprodução da vida humana. Não é por outro motivo que o Documento Base do PROEJA afirma que o currículo na Educação de Jovens e Adultos deve expressar claramente a relação entre trabalho e conhecimento científico. Deve também ser construído a partir das relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores e os setores produtivos.

É a partir desta visão que se pode lançar mão dos conhecimentos sobre Arranjos Produtivos Locais e, principalmente, sobre Economia Solidária. Dessa forma, é possível desconstruir o conceito de trabalho apenas como profissionalização para a percebê-lo enquanto construção de outras relações sociais, mais justas, menos desiguais.

Quando Paulo Freire escreveu uma carta para introduzir o documento final do Programa Latino-Americano de Economia Popular e Educação Comunitária desenvolvido nos anos 1980, por Moacir Gadotti e outros autores, chamou a atenção para o fato de que, se havia a proposta de uma nova prática econômica, seria imprescindível que houvesse também uma teoria do conhecimento que a fundamentasse. Freire preocupava-se com a sistematização das práticas solidárias, para que não se perdessem e pudessem ser difundidas e ensinadas.

Pois bem, essa sistematização ainda não foi suficientemente concretizada nos espaços da Economia Solidária. Nas escolas, elas também não estão sendo difundidas e ensinadas.

Mas há um movimento nesta direção, do qual a inclusão do tema neste curso de especialização em PROEJA é um exemplo. Podemos pensar que uma coisa pode levar à outra: a inserção do tema nas escolas pode levar a um maior cuidado com relação ao registro, à sistematização e à produção teórica por parte do Movimento da Economia Solidária e assim, aumentar as possibilidades de ensino nas escolas. Arriscamos dizer que Paulo Freire aprovaria.

## Sobre os Autores

---

[ Claudia Hickenbick ]

É professora do Instituto Federal de Santa Catarina, possui graduação e pós-graduação em História e mestrado em Educação; ministra aulas nos cursos de qualificação profissional, técnicos subsequentes e PROEJA. Trabalha também no câmpus Florianópolis-Continente com projetos de extensão, entre os quais destacam-se a experiência da incubação da Associação de Condutores Locais Ambientais e Culturais UATAPÍ - Andar a Pé, no câmpus Florianópolis-Continente, entre novembro de 2010 e julho de 2013. Atualmente, está desenvolvendo pesquisa sobre a incubação no câmpus Florianópolis-Continente.

[ Rafael Matos Felácio ]

Possui graduação em Geografia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e mestrado em Geografia Urbana e Geociências pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tem experiência na área de educação, com ênfase em Educação de Jovens e Adultos; geografia urbana e espaço urbano; desenvolvimento e planejamento territorial urbano e rural; eografia econômica com ênfase em APLs; políticas públicas e gestão territorial em cidades médias e municípios pequenos. Atualmente, é professor do sistema FIESC com carga horária de 30h atuando como docente na Educação de Jovens e Adultos. Está desenvolvendo pesquisa sobre métodos e procedimentos metodológicos com ênfase na práxis pedagógica e estrutura do Ensino e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

# Referências

---

ALEXANDRE, Mirian Abe. Depoimento cedido aos autores, 2014.

ARRUDA, M. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.

ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES LOCAIS AMBIENTAIS E CULTURAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS-UATAPÍ ANDAR Á PÉ. Disponível em: <<http://uatapi.wordpress.com/>> Acesso em: 20 fev. 2014.

BARROS, José D'Assunção. **Os fanstérios e a crítica da sociedade industrial** -revisitando Charles Fourier. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/7752>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**. Vol.1 nº2, p.7-12, mar., 2001.

BITTENCOURT, P.; MATOS, M.; RODRIGUES, M.; STALLIVIERI, F.; CAMPOS, R. R. (Org.). Os arranjos produtivos locais no estado de Santa Catarina: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **A celebração do consumo**. Filosofia, Ano VII-Edição 89, dez., 2013.

BRASIL, MTE\SENAES. Decreto nº 7.358 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7358.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7358.htm)> Acesso em: 20 fev. 2013.

BRASIL, FBES. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 20 fev. de 2014.

BRASIL, CEPESI. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/http://www.cepesi.org.br/wp/o-cepesi/historico/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BRASIL, MEC. Disponível em: <<portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL, BNDS. 2006. Disponível em: <[www.bnds.gov.br](http://www.bnds.gov.br)>. Acesso em: 22 jan. 2014.

BOYER, R. As alternativas ao Fordismo, dos anos 80 ao século XXI. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Orgs.). **As regiões ganhadoras**: distritos e redes. Os novos paradigmas da geografia econômica.

Oeiras: Celta, 1994, p.121-142.

BOISIER, Sergio. Desarrollo (local): ¿ De qué estamos hablando ? In: MADOERY, Oscar; BARQUERO, Antonio Vázquez (Orgs.). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.

BRASIL, MTE. Termo de Referência em Economia Solidária do PNQ 2003-2007. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4BF937110ABF/prog\\_termo\\_referencia\\_ES\\_PNQ\\_2003\\_2007.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4BF937110ABF/prog_termo_referencia_ES_PNQ_2003_2007.pdf)>. Acesso em: 9 fev. 2014.

CEVASCO, M. E. Cultura: um tópico britânico do marxismo ocidental. In: MUSSI, Ricardo Loureiro. **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: Unesp, 1998.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo**: implicações epistemológicas, políticas e práticas. 2011. 540f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Mais Gráfica Editora Ministério da Integração Nacional Governo do Estado do Pará Brasília,2010.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, v. 6, n. 1, 1996.

FAGUNDES, A. **Crises econômicas, transformações territoriais e atuação estatal**: os Arranjos Produtivos Locais (APLs) como estratégia de reestruturação dos espaços produtivos no Brasil. ENG 2010.

FBES. **Relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária**: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. Disponível em: <[http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1781&Itemid=18](http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1781&Itemid=18)>. Acesso em: 26 abr. 2014.

FEITOSA, Cid O. **Aglomerções Industriais como fator de desenvolvimento regional**: um estudo de caso no Nordeste brasileiro. Brasil: Edição eletrônica gratuita, 2009.

FILHO, D. L. L.; VASCONCELOS. R. A. F. de. Do modelo keynesiano-fordista ao sistema de acumulação flexível: mudanças no perfil do trabalho e na qualificação. **IV SENEPT – Seminário nacional de educação Profissional e tecnológica**. CEFET – MG, 2008.

FINEP. **Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas**. Disponível em: <[http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas\\_proninc](http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_proninc)>. Acesso em: 27 mar. 2014.

FUINI, L.L. **A relação entre competitividade e território no “Circuito das Malhas” do Sul de Minas**. 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**. Campinas, (3): p.37-42, dez. 1994.

\_\_\_\_\_. **O currículo enquanto fruto da práxis pedagógica**: uma possibilidade emancipatória no Ensino Médio da educação de jovens e adultos. Disponível em: <[http://www.educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo\\_02/e2-40.pdf](http://www.educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo_02/e2-40.pdf)>. Acesso em: 21 de mar. 2014.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Terra e Cultura da Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a02.pdf>> Acesso em: mar. 2014.

GOULARTI, F. A. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. 500p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. S. Paulo: Edições Loyola, 1992.

HICKENBICK, Claudia. Incubação de empreendimento inovador no câmpus Florianópolis-Continent: o caso da Associação de Condutores Ambientais e Culturais da Grande Florianópolis-Uatapi-Andar a Pé. Trabalho apresentado no **IV Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Sociedade**. IV SITRE, GT Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade. CEFET. Belo Horizonte 28-30 de maio de 2012. Disponível em: <[www.sitre.cefetmg.br](http://www.sitre.cefetmg.br)>.

\_\_\_\_\_. [Apontamentos]. Aulas História/Feira Toma-lá-Dá-Cá, 2006.

\_\_\_\_\_. [Apontamentos]. Aulas Sociedade e Trabalho, 2012.

\_\_\_\_\_. [Apontamentos]. Fórum Regional de Economia Solidária, 2014.

HUBERMAN, L. Trabalhadores do mundo, uni-vos. In: **História da riqueza do homem**. Zahar Editores, 1981.

IFSC. **PDI-2009**. Disponível em: <<http://pdi.ifsc.edu.br/Acesso>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1999.

JULIANI, Douglas. Depoimento cedido aos autores, 2014.

KRUPPA, S. M. P. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.

LASTRES, H. M. M; ARROIO, Ana; LEMOS, Cristina. Políticas de apoio a pequenas empresas: do leito de Procusto à promoção de sistemas produtivos locais. In: LASTRES, HELENA, M. M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria L. (Orgs.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento Local. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

LASTRES, H.; CASSIOLATO et al. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: Sebrae, 2003.

LEMOS, M. B.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Condicionantes territoriais das aglomerações industriais sob ambientes periféricos. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. **Economia e território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p.171-205.

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n3/v45n3a06.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MELLO, S. L. de. Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, política pública e Economia Solidária. KRUPPA. S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOLL, J; SILVA, C. J. R; MOURA, D. H. **PROEJA**, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base Brasília, agosto 2007.

NOVAES. Henrique T. CASTRO. Mariana. P. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: BENINI, Edi. (Org.). **Gestão pública e sociedade**. Fundamentos e políticas da Economia Solidária. Vol 1 Disponível em: <[www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc)>. Acesso em: 10 fev. 2014.

NORONHA, E. G.; TURCHI, L. **Política industrial e ambiente institucional na análise de arranjos produtivos locais**. Brasília: Ipea, 2005.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Disponível em: <[http://www.ekolhumana.com.br/upload-files/artigos/Jovens\\_adultos\\_aprendizagem.pdf](http://www.ekolhumana.com.br/upload-files/artigos/Jovens_adultos_aprendizagem.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2014.

OLIVEIRA,R.A. **(Des) qualificação da educação profissional brasileira**. S. Paulo: Cortez, 2003.

ORGANISTA, J.H. de C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PADILHA, Paulo Cesar. **Cooperativismo e cooperativas**. Economia Solidária e Cooperativismo: construindo uma nova forma de fazer economia. São Paulo: CESCOPER, 2009.

PADILHA Paulo Roberto. Política Nacional de Educação Popular requer intensa participação da sociedade civil. Disponível em: <<http://www.rets.org.br/?q=node/2540>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

PAIVA, V. P. O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. **Educação e sociedade**. Campinas, n. 45, ago. 1993.

- PINHEIRO, F. A. **Indústria, agricultura e serviços na economia catarinense**: do desenvolvimento regional a formação de arranjos produtivos locais. Porto Alegre, 2010.
- PIRES, E. L. S. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPOSITO, E.S et. al. (Orgs.) **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 47-70.
- RIBAS, Liz Cristina Camargo, HICKENBICK, Claudia. **Relatório Final da Incubação da Associação de Condutores Locais Ambientais e Culturais da Grande Florianópolis**. IFSC, Pró-Reitoria de Extensão, 2013.
- RAIMUNDO, Pedro. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Continuada Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários**. IFSC, Pró-Reitoria de Extensão, 2013
- SANTOS, A.G.; DINIZ, E.J.; BARBOSA, E.K. Arranjos produtivos locais, política industrial e desenvolvimento. In: **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico- informal. 5. Ed. Editora EDUSP, 2008.
- SIEBERT, C. A. F. Reorganização do espaço regional: especialização e diversificação produtiva em Santa Catarina. **XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: 2011.
- SILVA, Adriano Larentes. **Currículo Integrado**. Florianópolis: IFSC, 2014.
- SILVA, Gisele Maria da. **Falanstério do Saí**: uma experiência utópica em Santa Catarina Disponível em: <[seer.chh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/41/47](http://seer.chh.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/41/47)>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- SILVEIRA, M. R. Falta de demanda e deficiência do sistema produtivo brasileiro: contribuições dos eixos de desenvolvimento e dos Arranjos Produtivos Locais. In: SPOSITO, E.S et. al. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.103-122.
- SILVEIRA, N. R. da M. Concentração industrial regional especialização geográfica e geografia econômica. Evidências para o Brasil no período 1950-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 2001.
- SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. KRUPPA. S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.
- \_\_\_\_\_. Origens Históricas da Economia Solidária. In: Introdução à Economia Solidária. Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <[www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/6/apoio/.../Orig\\_Hist\\_Ecosol.doc](http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/6/apoio/.../Orig_Hist_Ecosol.doc)>. Acesso em: 9 fev. 2014.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. Programa Roda Viva 2012. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=NI5L\\_oVItAE](http://www.youtube.com/watch?v=NI5L_oVItAE)> Acesso em: 20 mar. 2014.
- ZART,L; MAGALHÃES, J. **Sócio economia solidária**. Cáceres, MT: Editora Unemat, 2006.